

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Patricia Braga**

**CONTABILIDADE CRIATIVA: UMA ANÁLISE POR MEIO DA LEITURA DA  
REVISTA EXAME**

**Florianópolis  
2015**

**Patricia Braga**

**CONTABILIDADE CRIATIVA: UMA ANÁLISE POR MEIO DA LEITURA DA  
REVISTA EXAME**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. José Alonso Borba

**FLORIANÓPOLIS  
2015**

**PATRICIA BRAGA**

**CONTABILIDADE CRIATIVA: UMA ANÁLISE POR MEIO DA LEITURA DA  
REVISTA EXAME**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) ....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

---

Prof. Dr. Marcelo Haendchen Dutra

Coordenador de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

---

Prof. Dr. José Alonso Borba

Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Denize Demarche Minatti Ferreira

Membro

---

Prof. Dr. Leonardo Flach

Membro

Florianópolis, 06 de novembro de 2015.

Dedico esta monografia à Deus, aos meus pais, Osvaldo e Nágila, ao meu irmão, Juliano, e ao meu amor, Paulo.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida, e por seu infinito amor, bondade e misericórdia. Serei eternamente grata pela Sua presença em minha vida, e por me conduzir e orientar através da Sua palavra. És meu tesouro, e meu maior amor.

Aos meus pais, Osvaldo e Nágila, pelo apoio e amor incondicional. Obrigada por serem meus primeiros incentivadores e por não medirem esforços para me dar toda a estrutura necessária para que eu tivesse uma boa educação. A realização deste sonho é fruto do estímulo de vocês. Os admiro e os amo, com todo o coração.

Ao meu irmão, Juliano, pelo companheirismo e alegria em todos os dias das nossas vidas. Aos meus familiares, pelo suporte e carinho recebidos ao longo dos anos.

Ao meu namorado, Paulo, pelo amor, paciência e dedicação. Obrigada por todos os momentos vividos ao longo dos anos, por me ouvir, me entender, me dar espaço quando precisei estudar, e estar perto quando precisei de companhia. Obrigada por fazer parte desta conquista, por me completar, e me fazer feliz.

Ao meu orientador, professor Dr. José Alonso Borba, por aceitar tal cargo e me auxiliar com maestria na realização deste trabalho. Obrigada pelo tempo e atenção dispensados, pelas críticas construtivas e revisões minuciosas. Acima de tudo, obrigada por buscar o conhecimento e se dispor a compartilhá-lo com os que o cercam.

À todos os meus amigos, pelos bons momentos vividos, pela convivência e amizade que fizeram com que essa jornada se tornasse mais leve e prazerosa. Obrigada pelos momentos de alegria e descontração. Vocês sempre serão motivo de boas lembranças. Jamais esquecerei esses anos que compartilhamos.

Ao corpo docente da UFSC, pelos conhecimentos e experiências transmitidas, que foram fundamentais para a minha formação acadêmica.

À toda a equipe da Lipy Contabilidade, pela convivência diária, pelo aprendizado e por compartilharem o amor por essa profissão.

À todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho. Sozinha eu não conseguiria concluir esta etapa. Muito obrigada.

*“A grandeza não consiste em receber honras,  
mas em merecê-las”.*

*(Aristóteles)*

## RESUMO

BRAGA, Patricia. Contabilidade criativa: Uma análise por meio da leitura da Revista Exame, 2015, p. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina.

A contabilidade criativa tem sido usada por diversas empresas e órgãos públicos para maquiar as demonstrações contábeis, de forma que a entidade opta por não apresentar a situação patrimonial real, e retrata a imagem desejada pelos gestores. O principal objetivo deste trabalho consiste em verificar a incidência, as tipologias e características da contabilidade criativa em empresas privadas e órgãos públicos, entre 01 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2014, por meio de artigos publicados na Revista Exame. Para atingir o objetivo proposto, foram conceituados alguns termos relevantes a fim de obter uma melhor compreensão acerca da matéria; os artigos relacionados a esse tema foram quantificados; e as empresas citadas foram identificadas. Dentre os principais resultados, verificou-se que o menor número de publicações ocorreu no ano de 2010 e o maior número de publicações ocorreu no ano de 2014. A grande veiculação de notícias em 2014 deve-se ao fato de o Governo Federal ter sido acusado de praticar contabilidade criativa e pedaladas fiscais em suas contas, a fim de cumprir as metas fiscais e apresentar melhores resultados. Observou-se também, que o termo gerenciamento de resultados tem sido pouco explorado pela Revista Exame, apesar do grande número de artigos acadêmicos publicados relacionados ao assunto.

Palavras-chave: Contabilidade Criativa. Gerenciamento de Resultado. Pedalada Fiscal.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Ranking das entidades mencionadas .....	37
Gráfico 02 – Nacionalidade das entidades citadas .....	38
Gráfico 03 – Nacionalidade das entidades com base em suas menções .....	39



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Conceitos de contabilidade criativa .....	20
Quadro 02 - Objetivos para a utilização de contabilidade criativa .....	22
Quadro 03 - Palavras-chave .....	31
Quadro 04 - Metodologia de seleção dos artigos – Revista Exame .....	31
Quadro 05 – Artigos coletados e artigos selecionados .....	33
Quadro 06 – Artigos coletados e artigos selecionados por palavras-chave .....	34
Quadro 07 – Entidades nacionais mencionadas .....	35
Quadro 08 – Entidades internacionais mencionadas .....	36
Quadro 09 – Nacionalidade dos fatos citados .....	38
Quadro 10 – Tipos e características dos casos de entidades nacionais .....	40
Quadro 11 – Tipos e características dos casos de entidades internacionais .....	47

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Artigos Coletados

AS – Artigos Selecionados

BC – Banco Central

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CNMV – *Comisión Nacional del Mercado de Valores*

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EUA – Estados Unidos da América

FGC – Fundo Garantidor de Créditos

HP – Hewlett-Packard

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

RAET – Regime de Administração Especial Temporária

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEC – *United States Securities and Exchange Commission*

TCU – Tribunal de Contas da União

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 Considerações Iniciais .....	13
1.2 Tema e problema .....	14
1.3 Objetivo Geral .....	15
1.3.1 Objetivos Específicos .....	15
1.4 Justificativa .....	15
1.5 Delimitação da Pesquisa .....	17
1.6 Organização do Texto .....	17
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	19
2.1 Contabilidade Criativa .....	19
2.2 Gerenciamento de Resultados .....	23
2.3 Pedalada Fiscal .....	24
2.4 Governança Corporativa .....	26
2.5 Pesquisas sobre Contabilidade Criativa no Brasil .....	28
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	30
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	33
4.1 Quantificação de artigos publicados .....	33
4.2 Empresas mencionadas nos artigos .....	35
4.3 Identificação da nacionalidade dos fatos .....	37
4.4 Tipos e características dos casos .....	39
4.4.1 Banco Cruzeiro do Sul .....	41
4.4.2 Banco Nacional .....	42
4.4.3 Banco Panamericano .....	42
4.4.4 Banco Schahin .....	43
4.4.5 Caixa Econômica Federal .....	43
4.4.6 Governo Federal .....	44
4.4.7 Inepar .....	46
4.4.8 Parmalat Brasil .....	46
4.4.9 Autonomy .....	47
4.4.10 Bankia .....	48
4.4.11 Enron .....	48
4.4.12 Espírito Santo International .....	49

4.4.13 Longtop Financial .....	49
4.4.14 Master Blenders .....	49
4.4.15 Olympus .....	50
4.4.16 Waste Management .....	51
4.4.17 WorldCom .....	51
4.4.18 Visão geral dos tipos e características dos casos .....	51
<b>5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Considerações Iniciais

O termo “contabilidade criativa” tem sido conceituado desde a década de 80, porém ganhou força apenas a partir dos anos 2000 devido ao grande aumento no número de ocorrências e maior uso do termo por parte dos veículos de informação.

Segundo Cosenza (2003, p. 5), “a contabilidade criativa é uma maquiagem da realidade patrimonial de uma entidade, decorrente da manipulação dos dados contábeis de forma intencional, para se apresentar a imagem desejada pelos gestores da informação contábil”.

Dessa forma, a contabilidade criativa utiliza-se de lacunas nas legislações, a fim de obter o resultado esperado em suas demonstrações, o que provoca interpretações equivocadas no usuário interessado na informação contábil.

Conforme Santos e Grateron (2003), o *earnings management* tem a intenção de mostrar uma imagem diferente (estável no tempo, melhor ou pior) da entidade. Observa-se então, a diversidade de formas que a contabilidade criativa pode ser apresentada.

Como consequência da prática, tem-se que o uso da contabilidade criativa em entes públicos e grandes empresas, tende a depreciar a credibilidade das informações contábeis, colocando em dúvida a confiabilidade dos resultados prestados, e conseqüentemente, diminui o valor do profissional de contabilidade e das informações geradas, pois tratam-se de resultados manipuláveis.

O uso da contabilidade criativa tende a prejudicar investidores, fornecedores e instituições financeiras, pois estes, baseiam suas decisões de investimentos, produção e crédito, fundamentados na garantia de retorno financeiro que o patrimônio da empresa propõe. Já em caso de falência, os funcionários, e até mesmo o público em geral são afetados, pois dependem dos serviços da empresa.

Dessa forma, ressalta-se a importância de fiscalizações mais severas, e medidas preventivas para a redução da manipulação de informações contábeis, além da responsabilização dos praticantes da contabilidade criativa. Conforme Mayoral (1997, apud CORDEIRO, 2003), algumas ações que podem ser tomadas são: Reforçar o papel dos auditores; implantação efetiva de comitês de auditoria e incorporação de conselheiros externos; melhorar o nível de revelação da informação contábil; maior precisão das normas contábeis e limitar a liberdade dos gerentes na eleição contábil.

Acredita-se que com uma menor flexibilidade normativa, menor impunidade dos praticantes e maior atuação dos auditores, é possível reduzir o número de incidências da contabilidade criativa, o que provoca maior transparência na elaboração das demonstrações contábeis, portanto, gera bons princípios de governança corporativa, a fim de reduzir a assimetria de informações entre os gestores e usuários externos.

É fundamental que as empresas possuam boas práticas de Governança Corporativa, com o intuito de garantir que os objetivos dos administradores (curto prazo) estejam de acordo com os objetivos dos acionistas (longo prazo), e minimizar a assimetria de informação entre gestores e proprietários, a fim de atribuir credibilidade às informações prestadas e mitigar o uso da contabilidade criativa nas demonstrações contábeis, o que acarreta em grande segurança aos investidores para tomada de decisões.

## 1.2 Tema e problema

Os recentes escândalos contábeis em empresas privadas e a forma que o ex-Ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou as contas públicas resultaram no crescimento do termo “contabilidade criativa” nos veículos de comunicação. Notícias intituladas como “Sumiu uma Finlândia na ‘contabilidade criativa’ do governo” (EXAME, 2013) e “Malabarismos fiscais derrubam rating do país” (VALOR ECONÔMICO, 2014) estão sendo divulgadas nos principais jornais e revistas econômicas brasileiras.

O uso da contabilidade criativa no Brasil, alcançou inclusive, alguns veículos de informação internacionais, sendo alvo de críticas pelo *The Economist* (2013), que desaprovou as manobras contábeis usadas para atingir a meta de superávit.

Diante do cenário que se instaurou, resultando em falta de segurança aos investidores e certa crise de credibilidade em relação às informações divulgadas, devido ao uso abusivo da maleabilidade das normas contábeis, o tema deste trabalho está relacionado ao crescimento das manobras usadas pelos gestores da informação, para manipular as demonstrações contábeis divulgadas.

Dessa forma, o intuito deste trabalho é fazer um levantamento do termo “contabilidade criativa” em uma das principais fontes de informação escrita relacionadas à economia e negócios do Brasil, a fim de responder a seguinte questão:

Quantos artigos, tipologias e características sobre a contabilidade criativa foram descritas pela Revista Exame?

### 1.3 Objetivo Geral

O principal objetivo deste trabalho consiste em identificar o crescimento do uso da contabilidade criativa por empresas nacionais, estrangeiras e órgãos públicos, bem como identificar os tipos e características da contabilidade criativa usadas, quantificando e analisando os artigos publicados pela Revista Exame entre os anos de 2010 a 2014.

#### 1.3.1 Objetivos Específicos

Com o intuito de atingir o objetivo geral do trabalho, listaram-se os seguintes objetivos específicos:

- Abordar os conceitos básicos sobre contabilidade criativa, a fim de facilitar a compreensão do tema;
- Quantificar os artigos relacionados à contabilidade criativa na Revista Exame publicados entre 2010 e 2014;
- Verificar a variação do número de artigos publicados relacionados ao termo ao longo dos anos;
- Identificar as empresas e/ou organizações envolvidas;
- Identificar a nacionalidade das entidades mencionadas;
- Observar os tipos e as características da contabilidade criativa usados pela empresa e/ou entidade citada no artigo.

### 1.4 Justificativa

Empresas multinacionais como a Parmalat, WorldCom e Enron protagonizaram diversos rumores devido à divulgação de demonstrações fraudadas. A aparente segurança que as demonstrações contábeis indicavam foi desmascarada e as mesmas se revelaram falhas e fáceis de adulterar. O papel dos órgãos reguladores e auditores independentes em reger as leis e identificar os possíveis desrespeitos às normas foi driblado pelos contadores de grandes empresas, e tornou-se ainda mais dúbio após o escândalo com a empresa de auditoria Arthur Andersen.

O uso de meios ilícitos para melhorar a imagem da entidade é estimulado por diversos propósitos. De acordo com Souza (2005, p. 13), “as fraudes advieram em decorrência de uma

série de fatores, como: a busca por novos recursos, a procura por mais investidores, metas cada vez mais ambiciosas de lucros, desempenhos e cobrança de metas”. Souza (2005, p. 14) ainda acrescenta que “os reflexos causados por essas ações são inúmeros: perda de confiança dos investidores, crise de credibilidade, demissão de funcionários, perda de arrecadação, recursos perdidos, declínio no valor das ações, falências”.

De forma semelhante ao crescimento das fraudes, houve o crescimento de mecanismos de regulamentação contábil, visto que a quantidade de escândalos tornava-se preocupante. Para combater a manipulação de informações, em 2002 foi criada a Lei Sarbanes-Oxley, nos Estados Unidos, a fim de recuperar a credibilidade das demonstrações e trazer mais segurança aos investidores.

A Lei Sarbanes-Oxley é um pacote de reformas dedicado a ampliar a responsabilidade dos executivos, aumentar a transparência, assegurar mais independência ao trabalho dos auditores, introduzir novas regras aos trabalhos desses profissionais e reduzir os conflitos de interesses que envolvem analistas de investimentos. Esta lei amplia também substancialmente as penalidades associadas às fraudes e crimes de colarinho branco. (MACHADO, 2003, p. 1, apud SANTOS e LEMES, 2007, p. 38)

De forma similar, existe a Governança Corporativa, instrumento útil para inibir as práticas de contabilidade criativa através da facilidade de acesso à informação e do alinhamento dos interesses dos acionistas e gestores.

Governança Corporativa é o conjunto de práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas – com seus negócios, produtos e serviços – ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas – acionistas, clientes, fornecedores, credores, funcionários, governo -, facilitando o acesso a informações básicas da empresa e melhorando o modelo de gestão (OLIVEIRA, 2007, p. 16, apud RODRIGUES e LEMOS, 2009, p. 9).

Nota-se uma crescente preocupação dos órgãos reguladores em conter as fraudes contábeis, e a “contabilidade criativa”, sendo que esta última difere das fraudes, pois consiste em utilizar as brechas das legislações para manipular informações, por meio da escolha de alternativas dentro das normas que favorecem o resultado esperado pela empresa, portanto, sem que isso seja ilegal, mas que prejudica e provoca distorções relevantes nos dados prestados nas demonstrações tanto quanto as fraudes.

A contabilidade criativa é essencialmente um processo de uso das normas contábeis, que consiste em dar voltas às legislações para buscar uma escapatória baseada na flexibilidade e nas omissões existentes dentro delas para fazer com que as demonstrações contábeis pareçam algo diferente ao que estava estabelecido em ditas normas. (JAMESON, 1988, apud Kraemer, 2005, p. 3)

Dessa forma, salienta-se a necessidade de um estudo a respeito do crescimento do termo em revistas econômicas, a fim de verificar como a contabilidade tem sido vista pelos



leitores da Revista Exame, além de mensurar o crescimento dos casos ao longo dos anos e identificar as características da contabilidade criativa usadas pelas entidades.

### 1.5 Delimitação da Pesquisa

Com intuito de restringir a pesquisa, a fim de otimizá-la, pautaram-se as seguintes limitações:

- A pesquisa foi realizada em apenas uma revista brasileira, disponibilizada via internet;
- O período abrangido na pesquisa iniciou em 01 de janeiro de 2010 e findou em 31 de dezembro de 2014;
- O periódico utilizado para coleta de dados e informações foi a Revista Exame.

### 1.6 Organização do Texto

Para facilitar o entendimento, o presente trabalho está dividido em 5 capítulos, sendo eles: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia da Pesquisa, Análise dos Resultados e Conclusões e Recomendações.

O primeiro capítulo trata-se do capítulo introdutório, e contém a introdução, na qual a pesquisa é contextualizada; estabelece a definição do tema e problema a ser estudado ao longo do trabalho, os objetivos gerais e específicos a serem alcançados, a justificativa da relevância da pesquisa, a delimitação da pesquisa e a organização do texto.

O segundo capítulo trata-se da Fundamentação Teórica, explanando sobre conceitos indispensáveis ao entendimento do trabalho, relacionados às definições de contabilidade criativa, gerenciamento de resultados e pedaladas fiscais, bem como a identificação dos usuários interessados na prática e seus objetivos, além de tratar sobre a Governança Corporativa e as pesquisas acerca do tema que já foram publicadas no Brasil.

O terceiro capítulo refere-se à metodologia utilizada para a elaboração do trabalho. A metodologia da pesquisa apresenta o enquadramento metodológico quanto à natureza, forma de abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos, bem como a descrição dos passos utilizados para a obtenção dos dados analisados.

O quarto capítulo diz respeito à apresentação e análise dos resultados, demonstrando a quantidade de artigos publicados na Revista Exame, bem como a identificação da empresa

e/ou entidade que utilizou a contabilidade criativa, a nacionalidade dos fatos e os tipos e características dos casos de contabilidade criativa usados pelas entidades, conforme descritos pela Revista Exame.

Por fim, o quinto capítulo contém as considerações finais acerca da pesquisa desenvolvida, algumas recomendações para elaboração de trabalhos posteriores que possam complementar essa pesquisa e as referências bibliográficas para a construção desse estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Contabilidade Criativa

Sabe-se que o principal objetivo da contabilidade é prover informações para a tomada de decisão. De acordo com Iudícibus (1997, p. 28), "o objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança". Dessa forma, informações manipuladas que não condizem com a realidade patrimonial e financeira da entidade anulam a importância da contabilidade, visto que as informações prestadas não são úteis para a tomada de decisão.

A contabilidade criativa tem sido um grande retrocesso para a contabilidade, já que através do seu uso, as demonstrações contábeis não são elaboradas com representação fidedigna da situação da entidade, pois podem ser alteradas de acordo com a necessidade dos gestores da informação.

Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. (CPC 00 R1, p. 18)

Dessa forma, as demonstrações contábeis que utilizam-se da contabilidade criativa em sua elaboração, não atendem os requisitos para se tornar uma informação útil, visto que não se tratam de um processo neutro de reportar as informações contábeis, mas são usadas para influenciar as decisões dos usuários.

Ainda que a posição e a forma de operar uma empresa constituam uma única realidade, que deve ser representada fielmente através da informação contábil, não devemos esquecer que uma mesma situação pode ser entendida de distintas maneiras de acordo com quem a observa. (CORDEIRO, 2005, p. 1)

Portanto, é possível compreender que a contabilidade criativa tem como principal aliada a flexibilidade normativa, que possibilita apresentar uma situação real através de diversas óticas. De acordo com Cordeiro (2005, p. 1), a contabilidade criativa está "inserida na intencionalidade das empresas em aproveitar a existência da subjetividade, das alternativas existentes e da vaga regulamentação de alguns aspectos contábeis, com a finalidade de obter demonstrações financeiras que representem a imagem desejada".

Cosenza (2003, p. 5), afirma que o termo "contabilidade criativa" pode ser entendido como "a seleção de alternativas possíveis, segundo os princípios e as normas de contabilidade

vigentes, utilizadas para se conseguir a apresentação mais favorável da informação contábil-financeira da empresa em um momento determinado”.

O Quadro 01 apresenta os conceitos acerca da contabilidade criativa.

Quadro 01 - Conceitos de contabilidade criativa

(continua)

AUTOR	CONCEITO
Griffiths (1986, p. 1)	Todas as empresas do país estão escondendo seus resultados. Os resultados anuais se baseiam em livros que têm sido 'cozinhados' ou 'completamente assados'. As demonstrações apresentadas duas vezes ao ano ao público investidor têm sido todas manipuladas para proteger os culpados. É o maior engano desde o cavalo de Tróia... De fato esta fraude é completamente legítima. É a contabilidade criativa.
Jameson (1988, p. 8-9)	O processo contábil consiste em tratar com diferentes tipos de opiniões e resolver conflitos entre aproximações diferentes, para apresentação dos resultados, dos fatos e transações financeiras. Essa flexibilidade facilita a manipulação, mentira e tergiversação. Estas atividades - praticadas por elementos menos escrupulosos da profissão contábil - começam a ser conhecidas como Contabilidade criativa.
Naser (1993, p.59)	É o processo pelo qual as operações são estruturadas para obter os resultados contábeis desejados, mais do que informar de um modo consistente e neutro.
Amat (1997, p. 9-11)	A Contabilidade criativa consiste na manipulação que se faz da informação contábil, aproveitando-se dos vazios das normas existentes e as possíveis alternativas que têm o gerente à sua disposição sobre as diferentes práticas de avaliação utilizadas.
Monterrey (1997)	Transformar as contas anuais do que tem que ser no que se prefere que seja, onde para a implantação deste tipo de prática se requer encobrir os princípios e normas contábeis, ou abandonar a uniformidade na sua aplicação.
Lang (1998)	O termo contabilidade criativa foi introduzido na literatura contábil para descrever o processo mediante o qual se utilizam os conhecimentos das normas contábeis para manipular as cifras das demonstrações contábeis, sendo na verdade um eufemismo utilizado para evitar fazer referência a estas práticas pelos seus verdadeiros nomes: artifícios contábeis, manipulações contábeis ou fraudes contábeis.
Cordeiro (2003)	Prática contábil que está no limite entre o que é permitido legalmente, pelas próprias opções que as normas e leis estabelecem, e o que é considerado fraude/manipulação, para lesar a terceiros.
Kraemer (2005, p. 1)	As práticas de contabilidade criativa constituem um dos temas mais polêmicos na atualidade. A expressão “contabilidade criativa” tem feito parte da linguagem contábil, causando um grande impacto nos âmbitos econômico, financeiro e gerencial. O fenômeno da contabilidade criativa tem sido o resultado da flexibilidade de certas normas contábeis, a qual facilita a manipulação, o engano e a tergiversação da informação.
Oliveira (2010, p. 18)	A prática da Contabilidade criativa não se configura legalmente como crime, apenas se valendo de brechas, omissões e falta de melhor regulamentação das normas e regras contábeis para produzir resultados mais favoráveis para a entidade pública ou privada.
Sousa (2011, p. 20)	A contabilidade criativa é um fenômeno contábil que consiste em produzir informações diferenciadas que favorecem um determinado público (gestores, acionistas, investidores), a partir das ambiguidades existentes nas normativas contábeis, evidenciando um resultado de acordo com os interesses e os objetivos de quem utiliza-se dos resultados da prática. Para tanto, são utilizados mecanismos baseados na legislação, já que as leis não são suficientemente claras para que se aborem todas as possibilidades da criatividade.
Sousa (2013, p. 3-4)	A contabilidade criativa é uma prática que objetiva distorcer as informações evidenciadas nas demonstrações contábeis, apresentando resultados distintos daqueles que naturalmente seriam apresentados se fosse utilizado o modelo contábil na sua essência.

Fonte: Adaptado de Cosenza & Grateron (2003, apud Kraemer, 2005), Santos e Grateron (2003) e Cordeiro (2005)

O uso da contabilidade criativa pode provocar distorções expressivas nas demonstrações contábeis divulgadas pelas entidades, o que acarreta em interpretações completamente equivocadas a respeito da situação patrimonial da empresa, o que pode levar os usuários das informações contábeis à tomar decisões equivocadas, com base nas falsas informações prestadas.

A existência de práticas criativas pode induzir os administradores das entidades relacionadas à auditada, ou com interesses sobre ela, a tomar decisões erradas, inexatas ou, no mínimo, diferentes daquelas que tomariam se tivessem o mesmo conhecimento sobre a entidade que têm aqueles que prepararam e divulgaram as respectivas informações. As práticas de Contabilidade criativa distorcem a informação contábil e é provável, inclusive, que seja essa a principal razão de sua existência, pois modifica ou induz a matriz de decisões dos usuários. (SANTOS e GRATERON, 2003, p. 10)

Entende-se que a contabilidade criativa surge a partir da assimetria de informação entre usuários internos e externos, de forma que os usuários internos conhecem a realidade patrimonial da empresa e detêm informações concretas da entidade e os usuários externos tem suas visões a respeito da empresa baseadas nos demonstrativos contábeis divulgados.

De acordo com Santos e Grateron (2003), os auditores citam algumas causas como origem da contabilidade criativa, quais sejam: características dos princípios e normas contábeis e características sociais e de comportamento humano.

a) Características dos princípios e normas contábeis:

- existência de múltiplas estimativas;
- flexibilidade, arbitrariedade e subjetividade na aplicação;
- diferentes, porém válidas, interpretações dos princípios e normas contábeis;
- conceito base de imagem fidedigna pouco claro ou indeterminado; e
- cuidados da administração na aplicação de princípios como prudência, confrontação de receitas e despesas e uniformidade.

b) Características sociais e de comportamento humano:

- valores éticos e culturais; e
- atitude do administrador diante da fraude.

Existem diversos motivos para que uma entidade faça uso da contabilidade criativa. Monterrey (1997, apud Cordeiro, 2005) classificou três distintos blocos de objetivos, quais sejam: melhorar a imagem apresentada; estabilizar a imagem no decorrer dos anos; debilitar a imagem demonstrada.

O Quadro 02 demonstra os objetivos perseguidos no uso da contabilidade criativa e os incentivos referentes a cada um dos objetivos.

Quadro 02 - Objetivos para a utilização de contabilidade criativa

Objetivos perseguidos	Incentivos para a empresa
Melhorar a imagem apresentada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pressão da comunidade investidora para que a empresa se encontre em uma situação ideal.</li> <li>• Exigência de responder adequadamente às expectativas do mercado geradas por prognósticos favoráveis.</li> <li>• Interesses em determinadas políticas de dividendos.</li> <li>• Desejo de obter recursos externos.</li> <li>• Necessidade de procura de “parceiros” para absorção da empresa.</li> <li>• Sistema de remuneração vinculado aos lucros.</li> </ul>
Estabilizar a imagem no decorrer dos anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de uma clara preferência externa por comportamentos regulares.</li> <li>• Efeito positivo da estabilidade na situação da empresa, com reflexo positivo na cotação das ações.</li> <li>• Benefícios nas políticas de dividendos em razão de ganhos menos oscilantes.</li> <li>• Preferência externa por perfis de riscos reduzidos.</li> </ul>
Debilitar a imagem demonstrada ( <i>big bath</i> )	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preferências por pagar poucos impostos.</li> <li>• Interesse em distribuir baixos níveis de resultados.</li> <li>• Existência de possibilidade de atribuir êxitos em anos posteriores.</li> <li>• Sistemas de remunerações que se baseiam em aumentos salariais vinculados às melhoras conseguidas.</li> <li>• Dependência de tarifas máximas prescritas pelo Estado.</li> <li>• Interesse na obtenção de subvenções condicionadas à situação que atravessa a empresa</li> </ul>

Fonte: Elaborado por Cordeiro (2005), através de estudos realizados por GADEA e GASTÓN (1999).

É possível observar que a contabilidade criativa pode ser usada para diversos fins, de acordo com a necessidade dos gestores que elaboram as demonstrações contábeis. Cabe destacar que, além dos incentivos citados no Quadro 02, a impunidade dos praticantes e a dificuldade em sua detecção é um fator que estimula o uso da contabilidade criativa.

A contabilidade criativa é de difícil detecção pelos seguintes motivos, estudados por Amat, Moya e Blake (1997):

Em primeiro lugar, é difícil saber se a política contábil de uma empresa é em razão de um esforço honesto para refletir a imagem fiel, ou é uma manipulação deliberada destinada a falsear a informação refletida na contabilidade. Decidir sobre uma ou outra possibilidade pressupõe um alto grau de subjetividade.

Pela sua própria natureza, a prática da contabilidade criativa implica elementos de ocultação e de enganos. Esta prática não será evidente nas publicações das demonstrações financeiras.

A prática da manipulação contábil é em si própria pouco honesta, motivo pelo qual, os diretores de uma organização dificilmente estarão dispostos a admitir que em sua própria empresa se utilizam deste esquema. (CORDEIRO, 2005, p. 8-9)

Apesar da dificuldade na detecção da contabilidade criativa, ressalta-se que diversas empresas já fizeram uso da mesma para maquiagem os seus demonstrativos. Dessa forma, é necessário que algumas medidas sejam tomadas para reduzir o número de incidências.

A solução seria uma maior atuação dos organismos reguladores no sentido de introduzirem modificações no campo da contabilidade, visando elaborar normas com melhor conteúdo técnico, permitindo reduzir ao mínimo, o grau de subjetividade e flexibilidade dos gerentes na escolha dos critérios contábeis. Neste sentido, aumentaria a responsabilidade dos auditores independentes diante de tais práticas, inibindo ou restringindo a existência de práticas de contabilidade criativa nas demonstrações contábeis das empresas. (KRAEMER, 2005, p. 2)

Torna-se fundamental destacar o papel dos auditores como instrumento de identificação do exercício da contabilidade criativa, e a conscientização e responsabilização dos contadores pela prática, a fim de coibir o uso desses artifícios contábeis pelas empresas.

## 2.2 Gerenciamento de Resultados

A literatura estrangeira apresenta os conceitos mais relevantes de Gerenciamento de Resultados através de Schipper (1989) e Healy & Whalen (1999). Para Schipper (1989, p.92, apud Baptista, 2009), gerenciamento de resultados é a prática de intervenção proposital no processo de divulgação externa dos relatórios contábeis com a intenção de obter algum ganho privado. Já para Healy e Whalen (1999, p. 368, apud RANGEL e ANDRADE, 2005, p. 1), o gerenciamento de resultados contábeis ocorre, quando os gerentes usam a discricionariedade de tomar decisões no processo de elaboração das demonstrações financeiras, para ludibriar alguns agentes sobre o desempenho econômico latente da empresa. Ou ainda, para influenciar os resultados contratuais que dependem dos relatórios contábeis.

A literatura brasileira, acerca de gerenciamento de resultados, apresenta como seu precursor, Martinez (2001, p. 12). O autor afirma que o gerenciamento dos resultados contábeis “caracteriza-se fundamentalmente como alteração proposital dos resultados contábeis (intencional), visando alcançar, atender motivação particular”. Martinez (2001, p. 8) ainda prevê que, “no momento em que a técnica contábil faculta ao gestor a possibilidade de fazer escolhas contábeis, ele as fará não apenas com o que prediz o fato contábil em análise, mas também, algumas vezes, com base em outros fatores exógenos, que influenciaram sua opção”.

Inúmeras são as causas que contribuem para esse comportamento questionável. Entre elas pode-se destacar: (i) o desejo de preservar o cargo, mesmo que isso implique comprometer a qualidade dos resultados contábeis apresentados; (ii) a pressão dos acionistas por resultados trimestrais cada vez maiores e melhores, bem como o anseio de atrair novos investidores e acionistas; e una-se a isso, (iii) a ambição de obter bônus significativos (compensação), ainda que isto implique sacrifício futuro da organização. (MARTINEZ, 2001, p. 1)

Martinez (2001) classifica o gerenciamento de resultados em três tipos: Gerenciamento dos resultados contábeis para aumentar ou diminuir os lucros (*Income*

*Maximization* ou *Income Minimization*), em que os resultados são “gerenciados” de modo a atingir determinadas “metas” de referência que podem ser acima ou abaixo do resultado do período; Gerenciamento dos resultados contábeis para reduzir a variabilidade (*Income Smoothing*), de forma que o propósito é manter os resultados em determinado patamar e evitar sua excessiva flutuação; Gerenciamento dos resultados contábeis para reduzir lucros correntes em prol de lucros futuros (*Take a Bath* ou *Big Bath Accounting*), assim, as empresas gerenciam os seus resultados correntes piorando-os, tendo como propósito ter melhores resultados no futuro.

Com a utilização do Gerenciamento de Resultados, é natural que muitos usuários da informação contábil sejam prejudicados em suas análises a respeito da organização. Em relação aos usuários que podem ser prejudicados, Paulo, Martins e Corrar (2007) destacam: os investidores; analistas financeiros; entidades regulamentadoras do mercado de capitais e da profissão contábil; instituições de crédito e de financiamento; organismos governamentais; entidades fazendárias; entidades sindicais; e organizações não governamentais.

A fim de destacar a preocupação de órgãos reguladores no combate às práticas de gerenciamento de resultados, ressalta-se que a CVM emitiu em 2007, um ofício circular apresentando recomendações ao Conselho de Administração ou à um Comitê especializado, a fim de evitar o gerenciamento de resultados. O órgão define o termo como o “julgamento arbitrário no processo de reportar as demonstrações financeiras, com o objetivo de influenciar ou manipular os números apresentados, ainda que dentro dos limites prescritos pela legislação contábil e fiscal”.

É crucial entender que “gerenciamento” dos resultados contábeis, não é fraude contábil. Ou seja, opera-se dentro dos limites do que prescreve a legislação contábil, entretanto nos pontos em que as normas facultam certa discricionariedade para o gerente, este realiza suas escolhas não em função do que dita a realidade concreta dos negócios, mas em função de outros incentivos, que o levam a desejar reportar um resultado distinto. (MARTINEZ, 2001, p. 13)

A partir desses conceitos, observa-se uma grande semelhança com o conceito de contabilidade criativa, visto que ambas tratam de meios legais para obter o resultado desejado, utilizando a liberdade de escolha normativa entre duas ou mais possibilidades válidas.

### 2.3 Pedalada Fiscal

O termo “pedaladas fiscais” tem sido usado pelos veículos de informação para definir a manobra contábil usada pelo Tesouro Nacional para apresentar resultados melhores, por



meio de atrasos nos repasses aos bancos dos compromissos do governo, como o Bolsa Família e o seguro-desemprego.

De acordo com Villaverde e Fernandes (2014), jornalistas do “Estadão”, as pedaladas fiscais podem ser conceituadas como a prática de atraso nos pagamentos de benefícios sociais para melhorar temporariamente o resultado das contas públicas.

A "pedalada fiscal" foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS. O objetivo do Tesouro e do Ministério da Fazenda era melhorar artificialmente as contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e, assim, ludibriava o mercado financeiro e especialistas em contas públicas (VILLAVERDE e FERNANDES, 2015).

Segundo Martello e Amato (2015), jornalistas do G1, pedalada fiscal “é um nome dado a práticas que o governo teria usado para cumprir as suas metas fiscais”. De forma similar, Nóbrega (2015) define pedaladas como “artimanhas contábeis utilizadas pelos governos do PT para esconder a grave situação das contas públicas. O objetivo foi falsear as estatísticas para dar a impressão de que as metas fiscais eram cumpridas”. Ainda de acordo com o ex-ministro da Fazenda, “as pedaladas não aconteceram por escassez de caixa. O Tesouro tem perto de R\$ 1 trilhão depositados no Banco Central. O objetivo era simplesmente manipular as estatísticas das contas públicas”.

A meta fiscal é definida através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso. De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (2015),

A Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe sobre: As diretrizes orçamentárias, metas e prioridades da Administração Pública Estadual; A organização e estrutura dos orçamentos; As diretrizes para o limite percentual de despesas dos poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Udesc; As disposições sobre alterações na legislação tributária do estado; A política de aplicação das instituições financeiras oficiais e de fomento; As disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual.

Com o intuito de não descumprir a meta fiscal estabelecida, a fim de não desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, (LRF) faz-se uso das “pedaladas fiscais”, com o propósito de postergar o lançamento das despesas referentes aos benefícios sociais, e com isso melhorar os resultados das contas públicas.

Costas (2015), jornalista da BBC Brasil, define pedaladas fiscais como “manobras contábeis que envolveriam o uso de recursos de bancos federais para maquiagem o orçamento federal”. Outro conceito da jornalista, é que pedaladas fiscais são “manobras contábeis que, segundo a oposição, teriam como objetivo melhorar o resultado das contas públicas - ou seja, ajudar o governo a fazer parecer que haveria um equilíbrio maior entre seus gastos e suas

despesas”. Ainda de acordo com a jornalista, “tais manobras, segundo o TCU, configurariam operações de financiamento, ou "empréstimos" desses bancos para o Tesouro, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000”.

Observa-se que o termo “pedaladas fiscais” está relacionado com a contabilidade criativa, no sentido de ambos resultarem em uma maquiagem das contas, a fim de apresentar o resultado que se espera.

## 2.4 Governança Corporativa

Boas práticas de Governança Corporativa no relacionamento com os acionistas, garantem a igualdade de acesso às informações e desempenho da companhia, e tem o compromisso em assegurar a todos os acionistas o acesso às informações necessárias para as suas decisões de investimento, através de uma política transparente de divulgação de informações.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. (IBGC, 2015, p. 20)

De acordo com Silveira (2004, p. 12), “a governança corporativa pode ser vista como o conjunto de mecanismos que visam a aumentar a probabilidade dos fornecedores de recursos garantirem para si o retorno sobre seu investimento”.

Segundo o IBGC (2015), “a origem dos debates sobre Governança Corporativa remete a conflitos inerentes à propriedade dispersa e à divergência entre os interesses dos sócios, executivos e o melhor interesse da empresa”. Ainda de acordo com o órgão, a Governança Corporativa se preocupa em “criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da empresa”.

O objetivo da Governança Corporativa é garantir a confiabilidade às partes envolvidas e eliminar ou reduzir os conflitos de interesses, além de diminuir alguns problemas que possam surgir na relação entre os envolvidos e reduzir os custos de agência.

O problema de agência (ou problema agente-principal) aparece quando o bem-estar de uma parte (denominada principal) depende das decisões tomadas por outra (denominada agente). Embora o agente deva tomar decisões em benefício do principal, muitas vezes ocorrem situações em que os interesses dos dois são

conflitantes, dando margem a um comportamento oportunista por parte do agente. (CARVALHO, 2002, p. 19)

Os conflitos de interesse acontecem quando não há um “consenso” entre os objetivos dos acionistas e dos gestores da empresa, ou quando os gestores agem em prol dos seus próprios interesses, sem pensar no resultado que isso trará para a empresa.

A vertente mais aceita indica que a Governança Corporativa surgiu para superar o “conflito de agência” clássico. Para minimizar o problema, os autores sugeriram que as empresas e seus acionistas deveriam adotar uma série de medidas para alinhar os interesses dos envolvidos, objetivando, acima de tudo, o sucesso da empresa. Para tanto, foram propostas medidas que incluíam práticas de monitoramento, controle e ampla divulgação de informações. A este conjunto de práticas convencionou-se chamar de Governança Corporativa. (IBGC, 2015)

O Conselho de Administração é um dos principais mecanismos de alinhamento de interesses entre acionistas e gestores de uma determinada companhia. Além do Conselho de Administração, o sistema de remuneração dos gestores, a posse de ações por parte dos executivos, a obrigatoriedade da divulgação de informações periódicas sobre a companhia, a presença de um mercado de aquisição hostil e a existência de um mercado de trabalho competitivo também são elementos importantes para a redução dos custos de agência resultantes de tomadas de decisão não maximizadoras da riqueza dos acionistas por parte dos executivos (SILVEIRA et al, 2003, p. 33).

De acordo com o IBGC (2015, p. 20-21), os princípios básicos de Governança Corporativa são a Transparência, a Equidade, a Prestação de Contas e a Responsabilidade Corporativa. A Transparência é resultado do desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições legais ou regulamentos; a Equidade tem como característica o tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas; a Prestação de Contas diz respeito à prestar contas de sua atuação e assumir as consequências de seus atos e omissões; e a Responsabilidade Corporativa refere-se ao dever de zelar pela sustentabilidade das organizações, com vistas à sua longevidade, além de incorporar considerações de ordem social e ambiental nos seus negócios e operações.

Dessa forma, ressalta-se a importância de seguir as recomendações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, e usá-la como um instrumento para controle e redução das práticas de contabilidade criativa.

## 2.5 Pesquisas sobre Contabilidade Criativa no Brasil

Diversos estudos foram realizados acerca dos termos “contabilidade criativa”, “gerenciamento de resultados”, “fraudes contábeis”. Nota-se que o interesse pelo assunto vem crescendo ao longo dos anos. Causa disso pode ser atribuída ao fato da repercussão de diversos escândalos contábeis nos últimos anos.

Dentre os artigos publicados, cabe destaque às produções de Santos e Grateron (2003); Cosenza (2003), Cordeiro (2005); e Kraemer (2005). Tais autores realizaram contribuições fundamentais para o entendimento do termo contabilidade criativa, e para a conscientização dos profissionais envolvidos no combate às práticas.

Santos e Grateron (2003, p. 3) concentram seu estudo na responsabilidade dos auditores perante a contabilidade criativa, e na importância da auditoria para a credibilidade das informações contábeis. De acordo com os autores, “de forma geral, os usuários entendem os pareceres dos auditores como um plus, ou valor agregado, de qualidade à informação e tomam o nome do auditor como um símbolo de credibilidade, confiança e segurança”.

Cosenza (2003) escreveu alguns trabalhos a respeito do tema, e também voltou sua atenção à caracterização da contabilidade criativa, apresentando o significado do termo, seus objetivos, o âmbito de aplicação, fatores motivadores, medidas para a redução, alguns casos e a relação da contabilidade criativa com a imagem fiel da entidade, e da ética dos profissionais.

O aspecto ético relativo ao profissional que elabora as demonstrações contábeis deveria prevalecer, pois ele tem a missão de administrar a evidenciação do patrimônio da entidade, de forma que essa represente a imagem fiel da organização. A postura ética profissional está fundamentada na adoção da norma técnica necessária, que permita oferecer informação útil, oportuna e exata a todos os usuários da informação contábil e no acatamento de parâmetros gerais de comportamento de independência, apesar da relação capital-trabalho existente. (COSENZA, 2003, p. 8)

Cordeiro (2005, p. 206) realiza seu estudo a respeito da caracterização da contabilidade criativa, elencando os principais objetivos para o seu uso, as práticas mais usuais de contabilidade criativa, métodos para detecção e redução e cita algumas empresas acusadas por fraudes contábeis nos EUA, e os seus reflexos no mercado acionário. De acordo com o autor, “desde que as denúncias de fraude chegaram ao público, até o pregão do dia 03/07/2002, Enron, Xerox, Adelphia, Tyco e WorldCom, perderam juntas, US\$41 bilhões em valor de mercado”.

De forma semelhante, Kraemer (2005) apresenta conceitos de diversos autores acerca da contabilidade criativa, explica os aspectos que induzem o seu uso, as transações práticas

mais comuns, o papel dos auditores e os casos mais relevantes. Além disso, a autora apresenta soluções para a redução da prática.

Martinez (2001) foi o primeiro autor a pesquisar a respeito de gerenciamento de resultados contábeis em companhias abertas brasileiras. Até então, o assunto era bastante explorado na literatura internacional, mas recebia pouca atenção dos acadêmicos brasileiros.

No contexto internacional, particularmente nos EUA, a literatura acadêmica em “Gerenciamento” dos Resultados Contábeis (Earnings management) é campo ativo e palpitante de pesquisa. Os acadêmicos de contabilidade, particularmente nos últimos 10 anos, têm produzido várias dezenas de artigos, em que documentam e investigam fatores que motivam o “gerenciamento” dos resultados contábeis. Essas pesquisas começam a surtir efeitos, fazendo com que as autoridades reguladoras e os profissionais da contabilidade busquem soluções para minimizar esse problema. (MARTINEZ, 2001, p. 2)

A partir da tese de Martinez (2001), diversos autores realizaram pesquisas acerca do tema, estudando as causas e consequências do gerenciamento de resultados, bem como modelos para a detecção das práticas e a responsabilidade dos auditores no combate ao uso do gerenciamento de resultados.

Até o presente estudo, não foram encontrados trabalhos acadêmicos relacionados ao termo “pedaladas fiscais”, apenas notícias publicadas em veículos de informações.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A fim de compreender a contabilidade criativa e a evolução do termo, destaca-se a importância de uma pesquisa alicerçada em livros de contabilidade, trabalhos acadêmicos e veículos de informação que abordem o tema.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. [...] A pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 2002, p. 17)

Para as autoras Silva e Menezes (2005, p. 20-22), existem várias formas de classificar a pesquisa, e pode ser do ponto de vista da sua natureza, da forma de abordagem do problema, dos seus objetivos e dos procedimentos técnicos.

Quanto à natureza, essa pesquisa pode ser descrita como básica, visto que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (SILVA e MENEZES, 2005, p. 20).

Em relação à abordagem do problema, essa pesquisa é caracterizada como quantitativa e qualitativa. Pode ser vista como quantitativa, pois tem interesse em mensurar a quantidade de artigos publicados a respeito do assunto, e a pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação, tanto nas modalidades de coletas de dados, quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas” (RICHARDSON, 1999, p. 70). Por outro lado, pode ser vista como qualitativa, já que visa analisar os tipos e características de contabilidade criativa nos artigos encontrados. De acordo com Godoy (1995, p. 62), “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é apontada como descritiva. Para Vergara (2009, p. 42), “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou determinado fenômeno”. Barros e Lehfeld (2007, p. 85) complementam o conceito, alegando que na “pesquisa descritiva não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto da pesquisa, procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos”.

No que se refere aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, já que busca explicar um problema a partir de referenciais teóricos já publicados (CERVO; BERVIAN, 1983).

A pesquisa iniciou-se conceituando a contabilidade criativa e seus objetivos, a fim de alcançar conceitos básicos sobre o assunto para melhor entendimento do trabalho. Em seguida, foram coletados artigos sobre o tema através de pesquisa no endereço eletrônico de um periódico nacional, a Revista Exame, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014.

Para facilitar a busca, foram utilizadas expressões-chave relacionadas ao assunto pesquisado, de forma que as expressões que constavam no artigo, apareceram nos resultados da busca e se tornaram parte da pesquisa. As palavras-chave utilizadas foram pesquisadas no singular e quando possível, nos respectivos plurais e constam no Quadro 03.

Quadro 03 – Palavras-chave

<b>PALAVRAS-CHAVE</b>		
Contabilidade Criativa	Gerenciamento de Resultado	Irregularidade Contábil
Malabarismo Contábil	Manipulação Contábil	Manipulação de Informação
Maquiagem Contábil	Pedalada Fiscal	Pedalada Gerencial

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Através da definição das expressões e periódicos pesquisados, e delimitado o período da pesquisa, a execução da mesma é ilustrada por meio do Quadro 04, na Revista Exame.

Quadro 04 - Metodologia de seleção dos artigos – Revista Exame

<b>Revista Exame</b>	
1	Acesso ao website <a href="http://www.exame.abril.com.br">www.exame.abril.com.br</a>
2	No símbolo da lupa, foi inserido uma palavra-chave (ex.: Contabilidade Criativa). Após, foi informado no campo " Definir Período" a data inicial e final da busca, sempre compreendendo um ano (ex.: 01/01/2010 à 31/12/2010).
3	Selecionado "ok"
4	Os artigos encontrados foram acessados e copiados para um novo arquivo de extensão tipo doc (documento do Word)

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Salienta-se que as expressões-chave foram pesquisadas individualmente em cada um dos anos sugeridos, de forma que as 9 (nove) expressões foram usadas nos 5 períodos, tais quais: 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Após a coleta dos artigos, iniciou-se a seleção dos mesmos, pois muitos artigos não condiziam com o assunto, e apenas citavam os termos ao longo do texto. Além disso, também foram excluídos da pesquisa os artigos considerados como “nota” e “chamada”, que apenas

citavam fatos relacionados ao assunto no momento. Salienta-se que foram admitidas as palavras-chave separadas ou somente uma das palavras-chave, apenas quando tinham ligação direta com o assunto do trabalho.

Os artigos que apresentaram mais de uma expressão-chave no texto foram contabilizados para ambas as expressões, porém, as palavras-chave que apareceram repetidas vezes no mesmo artigo, foram contabilizadas apenas uma vez.

Assim que terminada a seleção dos artigos, iniciaram-se as análises, que foram feitas com o auxílio de quadros e gráficos a fim de facilitar a visualização e interpretação dos resultados obtidos.

Cabe ressaltar que o periódico foi escolhido de maneira intencional, por se tratar de uma revista com grande influência e veiculação de informações relacionados à economia e negócios no Brasil.



## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao longo dos últimos cinco anos, a Revista Exame publicou artigos referentes ao uso da contabilidade criativa em grandes empresas e órgãos públicos. Tais artigos influenciam diretamente na visão dos leitores acerca das entidades envolvidas e denigrem o papel da contabilidade em publicar informações fidedignas e relevantes.

### 4.1 Quantificação de artigos publicados

Foram levantados os artigos relacionados à contabilidade criativa na Revista Exame, ocorridos em empresas nacionais, internacionais e órgãos públicos no período de 01 de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2014.

Após a coleta dos artigos, foi realizada a filtragem dos mesmos, de acordo com os critérios estabelecidos na metodologia do trabalho, resultando em um quadro com os artigos coletados e os artigos selecionados para análise, visto que estes condizem com o tema do trabalho.

Quadro 05 – Artigos coletados e artigos selecionados

SITUAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Artigos Coletados	208	213	310	375	550	1.656
Artigos Selecionados	15	16	17	16	23	87

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Através do Quadro 05, é possível verificar que a quantidade de artigos coletados entre os anos é crescente, porém, a quantidade de artigos selecionados manteve-se praticamente estável, com pouco crescimento. Dessa forma, observa-se que a quantidade total de artigos coletados é cerca de 19 vezes maior que a quantidade total de artigos selecionados.

Além disso, verifica-se a pouca variação de artigos selecionados ao longo dos anos, visto que a diferença entre o ano com menor incidência de citações e o de maior incidência, é de 8 publicações.

Quanto à grande diferença entre o número de artigos coletados e o número de artigos selecionados, cabe ressaltar o minucioso critério de filtragem dos mesmos, de forma que muitos artigos foram inutilizados por não tratarem do assunto em questão e apresentarem as palavras-chaves separadas, ou apenas citarem os termos, fazendo menção a outros assuntos,

portanto, foram selecionados apenas os artigos que relacionavam os termos com as empresas praticantes, e eliminando os que faziam breves menções aos fatos.

Procedido o filtro, observa-se que o ano de 2010 possuiu o menor número de resultados, visto que contou com 15 publicações e o ano de 2014 possuiu o maior número de resultados, com 23 publicações. Isso se deve ao fato de no ano de 2014, o Governo Federal ter sido acusado de praticar contabilidade criativa e pedaladas fiscais em suas contas, a fim de cumprir as metas fiscais estabelecidas pela LDO.

As publicações referentes ao ano de 2010 devem-se basicamente ao escândalo contábil protagonizado pelo Banco Panamericano, que contou com um aporte de R\$ 2,5 bilhões para se reerguer.

Os anos de 2011 e 2013 contam com 16 publicações cada um. Sendo que as publicações do ano de 2011 estão distribuídas basicamente em descrever o caso do Banco Panamericano e na contabilidade criativa do Governo Federal, e as publicações do ano de 2013 concentram-se em acusar o Governo Federal de manipular suas contas através da antecipação de receitas das estatais e da exclusão de gastos do PAC.

O ano de 2012 conta com 17 publicações, que em sua maior parte estão relacionadas com as irregularidades contábeis encontradas no Banco Cruzeiro do Sul, que apresentou um rombo em suas contas de cerca de R\$ 1,3 bilhão, e na Autonomy, empresa de Softwares britânica comprada pela HP (Hewlett-Packard), acusada de superestimar o seu faturamento.

Quadro 06 – Artigos coletados e artigos selecionados por palavras-chave

Palavras-chave	2010		2011		2012		2013		2014		TOTAL	
	AC	AS	AC	AS	AC	AS	AC	AS	AC	AS	AC	AS
Contabilidade Criativa	8	2	9	3	5	-	55	11	68	8	145	24
Gerenciamento de Resultado	130	1	141	-	210	-	228	-	266	-	975	1
Irregularidade Contábil	49	10	22	5	47	13	23	3	85	4	226	35
Malabarismo Contábil	2	1	1	1	4	1	-	-	-	1	7	4
Manipulação Contábil	1	1	2	2	6	2	4	-	6	2	17	7
Manipulação de Informação	18	-	29	1	36	-	58	-	74	-	215	1
Maquiagem Contábil	-	-	9	4	2	1	7	2	3	1	21	8
Pedalada Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	46	7	46	7
Pedalada Gerencial	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-
<b>TOTAL</b>	<b>208</b>	<b>15</b>	<b>213</b>	<b>16</b>	<b>310</b>	<b>17</b>	<b>375</b>	<b>16</b>	<b>550</b>	<b>23</b>	<b>1.656</b>	<b>87</b>

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Por meio do Quadro 06 é possível verificar a quantificação dos artigos por palavras-chave. Dessa forma, observa-se uma grande quantidade de artigos coletados com o termo gerenciamento de resultados, porém, apenas 1 artigo válido ao longo dos cinco anos. Com

isso, verifica-se o raro uso do termo por parte da Revista Exame, apesar do grande número de artigos acadêmicos publicados relacionados ao assunto.

De forma semelhante, o termo manipulação de informação também apresentou um grande número de resultados na primeira busca, porém, apenas 1 artigo foi selecionado, resultando em um número de artigos coletados cerca de 215 vezes maior que o número de artigos selecionados.

Cabe destaque aos termos “Irregularidade Contábil” e “Contabilidade Criativa”, visto que os mesmos foram os termos com o maior número de resultados válidos para análise, sendo 35 (40% do total) artigos e 24 (28% do total) artigos, respectivamente.

Salienta-se que as palavras-chave foram somadas aos seus respectivos plurais para a elaboração do Quadro 06.

#### 4.2 Empresas mencionadas nos artigos

Com base na leitura do material selecionado, pôde ser identificado a entidade citada no artigo de fazer uso de manobras contábeis para alterar os seus resultados. É possível verificar quais entidades foram citadas e quantas foram as suas menções por meio dos Quadros 07 e 08. Ressalta-se que em um artigo pode haver menção de mais de uma empresa.

A fim de comparar o número de ocorrências no Brasil e em empresas estrangeiras, as entidades citadas foram divididas em dois quadros, sendo que no Quadro 07, constam as entidades nacionais mencionadas e no Quadro 08, constam as entidades internacionais mencionadas.

Quadro 07 – Entidades nacionais mencionadas

<b>Empresas citadas</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>TOTAL</b>
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	7	1	-	<b>8</b>
Banco Nacional	-	-	-	1	-	<b>1</b>
Banco Panamericano	11	7	3	1	2	<b>24</b>
Banco Schahin	-	-	1	-	-	<b>1</b>
Caixa Econômica	-	-	-	-	2	<b>2</b>
Governo Federal	2	6	-	12	16	<b>36</b>
Inepar	-	-	-	1	-	<b>1</b>
Parmalat Brasil	-	-	1	-	-	<b>1</b>

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Conforme demonstra o Quadro 07, ao longo dos cinco anos analisados, apenas oito entidades brasileiras foram mencionadas. Dentre as oito entidades, quatro delas (50%) foram mencionadas em apenas 1 artigo, uma delas (12,5%), foi mencionada em apenas 2 artigos, e as demais tiveram seus casos amplamente divulgados e analisados, com grande número de publicações.

O maior número de menções coube ao Governo Federal, com o total de 36 citações, sendo a maior parte nos anos de 2013 e 2014. Em seguida, o segundo maior número de menções atribuiu-se ao Banco Panamericano, com 24 menções, concentradas principalmente nos anos de 2010 e 2011, e em terceiro, ao Banco Cruzeiro do Sul, com 8 menções, sendo que quase a totalidade dos artigos foi mencionada no ano de 2012.

Outras empresas envolvidas em irregularidades contábeis são o Banco Nacional, Banco Schahin e a Caixa Econômica Federal. Dessa forma, nota-se a predominância de irregularidades contábeis nos bancos e órgãos públicos, com poucas citações em empresas privadas que atuam com outros tipos de atividades.

O Quadro 08 apresenta as entidades internacionais mencionadas.

Quadro 08 – Entidades internacionais mencionadas

<b>Empresas citadas</b>	<b>País</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>TOTAL</b>
Autonomy	Reino Unido	-	-	5	-	1	<b>6</b>
Bankia	Espanha	-	-	-	1	-	<b>1</b>
Enron	EUA	-	2	-	-	-	<b>2</b>
Espírito Santo International	Portugal	-	-	-	-	2	<b>2</b>
Longtop Financial	China	-	1	-	-	-	<b>1</b>
Master Blenders	Holanda	-	-	2	-	-	<b>2</b>
Olympus	Japão	-	-	1	-	-	<b>1</b>
Waste Management	EUA	1	-	-	-	-	<b>1</b>
WorldCom	EUA	1	-	-	-	-	<b>1</b>

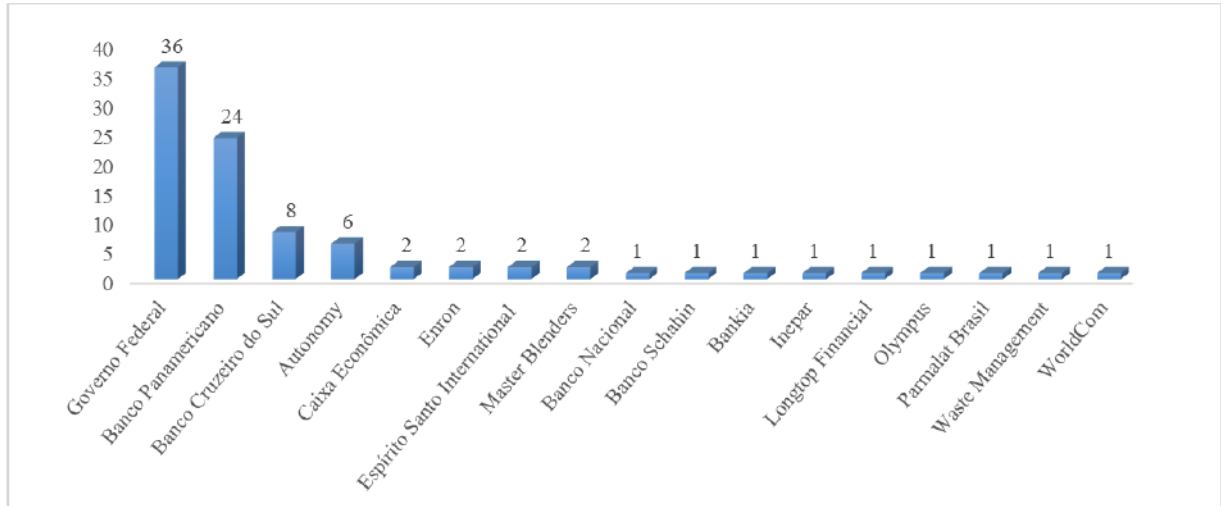
Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Em relação às empresas internacionais, foi possível verificar com base no Quadro 08, que nove empresas foram mencionadas ao longo dos cinco anos. Observou-se que, ao contrário das empresas nacionais, as menções estão mais dispersas, com um número a mais de empresas mencionadas, porém, menor número de citações em cada uma delas.

Dentre as 9 empresas, cinco delas foram citadas apenas uma vez, e três delas, foram citadas duas vezes, de forma que apenas a Autonomy teve repercussões maiores. Sendo que a Autonomy, companhia britânica de software adquirida pela HP, foi mencionada 6 vezes, concentrando-se basicamente no ano de 2012.

O Gráfico 01 ilustra o ranking das entidades mencionadas, levando em consideração as entidades de todas as nacionalidades citadas nos quadros 07 e 08.

Gráfico 01 – Ranking das entidades mencionadas



Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Com base no Gráfico 01, é possível verificar que as três entidades com o maior número de menções foram brasileiras, seguidas pela Autonomy, empresa do Reino Unido, que obteve um grande número de menções.

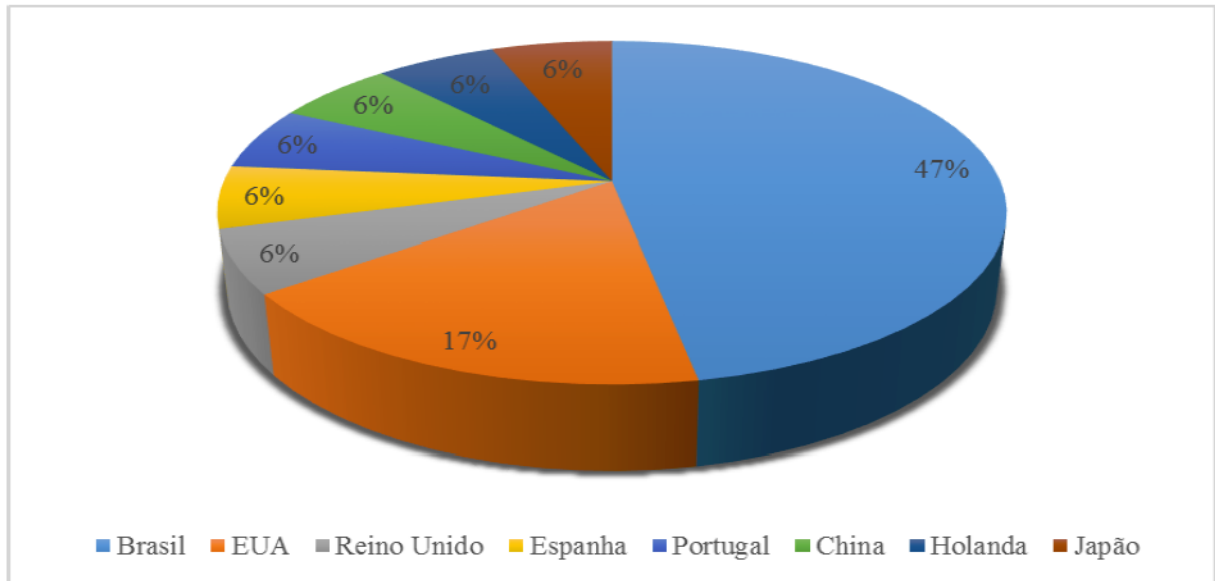
As demais entidades apresentaram apenas duas ou uma menção, tendo baixa participação em relação ao número total de menções às empresas.

#### 4.3 Identificação da nacionalidade dos fatos

A identificação da nacionalidade das empresas mencionadas é primordial para o entendimento do funcionamento da regulamentação de um país. No Brasil, o órgão regulador do mercado mobiliário é a CVM, e para inibir os casos de contabilidade criativa, o órgão conta com a adoção por parte das empresas de bons princípios de governança corporativa, já em relação às contas da União, a prestação de contas deve ser feita ao TCU. Nos EUA, o órgão regulador é a SEC, e para inibir as irregularidades contábeis, conta com a Lei Sarbanes-Oxley, criada em 2002, após os escândalos contábeis envolvendo a Enron e a WorldCom.

O Gráfico 02 ilustra a composição de países de origem das empresas citadas nos artigos analisados, bem como o percentual de participação de cada país em relação ao número total de empresas mencionadas.

Gráfico 02 – Nacionalidade das entidades citadas



Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Ao total, foram mencionadas 17 empresas, sendo que desse total, 08 (47%) são brasileiras e 09 (53%) são estrangeiras. Diversos países compuseram a totalidade de empresas internacionais mencionadas, porém, dentre as 9 empresas mencionadas, 3 são dos EUA, ou seja, 33% da totalidade de empresas internacionais.

É possível verificar através do Gráfico 02, que o Brasil é o país com o maior número de empresas mencionadas, sendo que do total de 17 empresas citadas, as entidades nacionais correspondem a 47% (8 empresas) do total. Em seguida consta os EUA, com 17% (3 empresas) do número total de empresas mencionadas. Os demais países contam com a menção de apenas uma empresa cada um.

O Quadro 09 apresenta todas as nacionalidades citadas, bem como o número de menções de empresas correspondentes a cada país, nos respectivos anos.

Quadro 09 – Nacionalidade dos fatos citados

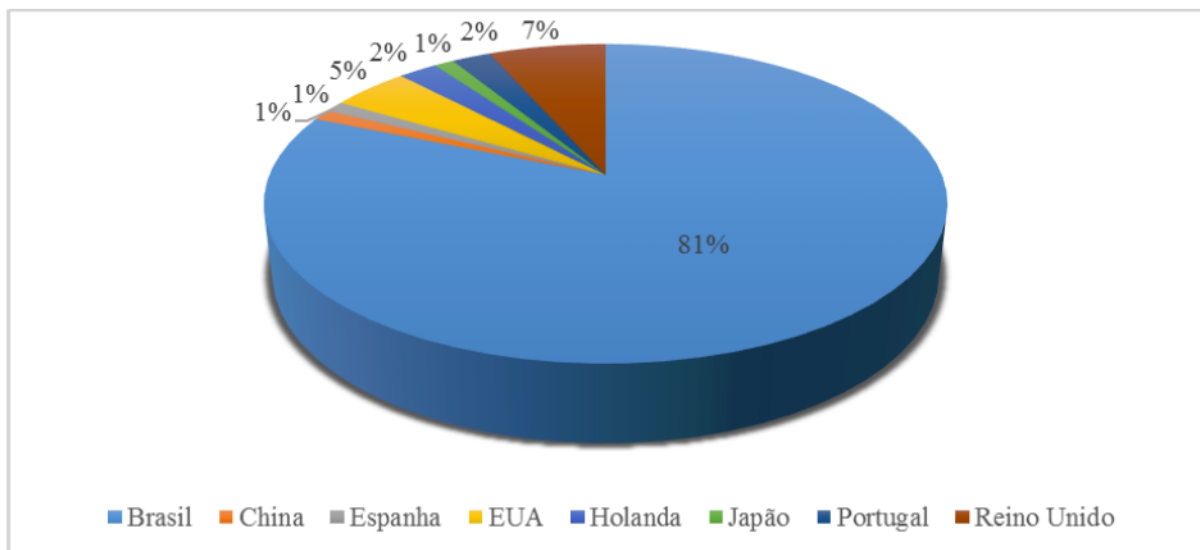
Empresas citadas	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Brasil	13	13	12	16	20	74
China	-	1	-	-	-	1
Espanha	-	-	-	1	-	1
EUA	2	2	-	-	-	4
Holanda	-	-	2	-	-	2
Japão	-	-	1	-	-	1
Portugal	-	-	-	-	2	2
Reino Unido	-	-	5	-	1	6
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>91</b>

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Observou-se que o Brasil possui o maior número menções, sendo que do total de 91 menções, as 8 entidades brasileiras citadas foram responsáveis por 74 menções (81%). Portanto, verificou-se que além de ser o país com o maior número de entidades citadas, também é o país com o maior número de menções feitas a essas empresas.

O Gráfico 03 demonstra a composição de países de origem das empresas citadas nos artigos analisados, bem como o percentual de participação de cada país em relação ao número total de menções.

Gráfico 03 – Nacionalidade das entidades com base em suas menções



Fonte: elaborado pelo autor (2015)

Além do Brasil, cuja participação é maior que o de todas as nacionalidades juntas, cabe destaque ao Reino Unido, que possui 7% do total de menções, todas elas referentes à uma única empresa, a Autonomy, e aos EUA, que possuem 5% do total de menções, distribuídas entre 3 empresas, a Enron, a Waste Management e a WorldCom.

#### 4.4 Tipos e características dos casos

Com base na leitura dos artigos selecionados, foi possível realizar uma análise qualitativa e apresentar os tipos e características das irregularidades contábeis usadas pelas entidades, a fim de manipular seus resultados, e em alguns casos, foi possível verificar os valores resultantes dessa manipulação.

Foram elaborados dois quadros resumos referentes aos tipos e características dos casos. O Quadro 10 é referente aos casos em entidades nacionais e o Quadro 11 é referente aos casos em empresas estrangeiras. Os casos foram detalhados conforme descritos pela Revista Exame em cada uma das entidades citadas na pesquisa.

Quadro 10 – Tipos e características dos casos de entidades nacionais

(continua)

EMPRESA	TIPO	CARACTERÍSTICAS DA ACUSAÇÃO	VALOR	CONSEQUÊNCIAS
Banco Cruzeiro do Sul	Irregularidade Contábil	Empréstimos fictícios, deficiências nos controles internos, necessidade de ajustes de provisão, erros na precificação das carteiras e indícios de ativos cuja existência e valor o banco não conseguia comprovar	1,3 bilhão de reais	Inserção em Regime de Administração Especial Temporária e falência em 2015
Banco Nacional	Maquiagem Contábil	Contas fictícias	5,5 bilhões de reais	Entrou em Regime de Administração Especial Temporária e depois o Unibanco assumiu a parte não contaminada pela maquiagem nos balanços
Banco Panamericano	Irregularidade Contábil, Malabarismo Contábil, Maquiagem Contábil, Manipulação Contábil	Duplicidade na contabilização de carteiras de crédito, passivos não registrados, irregularidades nas provisões	4,3 bilhões de reais	Empréstimo de recursos do FGC, no valor de 2,5 bilhões de reais, mais aporte de 1,3 bilhão, e venda ao Banco BTG Pactual
Banco Schahin	Irregularidade Contábil	Inflar os resultados com créditos duvidosos e conceder empréstimos a empresas do mesmo grupo	1,1 bilhão de reais	-
Caixa Econômica	Contabilidade Criativa, Irregularidade Contábil	Encerramento de cerca de 500 mil contas poupança, com apropriação dos saldos ao seu lucro	420 milhões de reais	Investigação do Ministério Público Federal e revisão do lucro, retirando os 420 milhões
Governo Federal	Contabilidade Criativa, Malabarismo Contábil, Maquiagem Contábil, Manipulação de Informação, Pedalada Fiscal	Inflar as suas receitas, atrasar a execução de gastos, mudar os parâmetros usados no Orçamento para reduzir as despesas, retirar das contas dívidas e compromissos financeiros da Petrobras, excluir o resultado da Eletrobrás, manipular as informações de empregos gerados	-	Rebaixamento do Rating, crise de credibilidade, possível desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal



Quadro 10 – Tipos e características dos casos de entidades nacionais

(continuação)

EMPRESA	TIPO	CARACTERÍSTICAS DA ACUSAÇÃO	VALOR	CONSEQUÊNCIAS
Inepar	Irregularidade Contábil	Remuneração irregular na prestação de serviços pela Inepar Administração e Participações, como na comissão recebida pela intermediação da venda da participação da Inepar na Global Telecom e na remuneração desproporcional em contratos de mútuo	-	Prejuízos estimados em R\$ 704,791 milhões aos acionistas minoritários da Inepar Indústria e Construções
Parmalat Brasil	Maquiagem Contábil	Custos, despesas e perdas de capital absorvidas pela controladora italiana	-	Condenação de 16 ex-conselheiros de administração da companhia a pagarem multa individual de R\$ 200 mil por violação ao dever de fiscalizar os negócios da companhia. Pedido de concordata em 2004 e a venda de seus ativos brasileiros à Laep Investments.

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

#### 4.4.1 Banco Cruzeiro do Sul

O Banco Cruzeiro do Sul teve a sua intervenção decretada pelo Banco Central em 2012, e foi colocado em Regime de Administração Especial Temporária (RAET), sendo nomeado o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para assumir a sua administração.

De acordo com a Revista Exame (2012), “a decisão do BC está atrelada a um suposto rombo de 1,3 bilhão de reais descoberto pela própria instituição, que detectou um registro de créditos fictícios no balanço do Cruzeiro do Sul”.

Na instituição e nos fundos foram encontrados ainda outros problemas, como deficiências nos controles internos, **irregularidades contábeis**, necessidade de ajustes de provisão (isto é, de aumentar os ativos que são reservados como garantia para perdas estimadas), erros na precificação das carteiras e indícios de ativos cuja existência e valor o banco não conseguia comprovar. (EXAME, 2012)

O Banco, que tinha o patrimônio líquido estimado em 1,1 bilhão de reais, com a contabilização das irregularidades, teve seu patrimônio reduzido para cerca de 160 milhões de reais negativo.

O Banco Cruzeiro do Sul foi posto à venda, mas sem interessados na compra, o Banco Central decidiu extingui-lo, resultando na decretação de falência em 2015.

#### 4.4.2 Banco Nacional

O Banco Nacional foi alvo de acusações de maquiagem de balanços, e teve sua intervenção decretada pelo BC, colocando-o em Regime de Administração Especial Temporária.

A crise do Nacional resultou num dos maiores escândalos financeiros do país. Em 1995, o Banco Central (BC) descobriu que a instituição **maquiava os balanços** com contas fictícias, que somavam R\$ 5,5 bilhões. (EXAME, 2013)

De acordo com a Revista Exame (2013), “o Nacional foi a primeira instituição a receber recursos do Programa de Reestruturação do Sistema financeiro (Proer). Em novembro de 1996, o Unibanco assumiu a parte não contaminada pela maquiagem nos balanços do Nacional”.

#### 4.4.3 Banco Panamericano

Acusado de irregularidades contábeis ligadas a vendas de carteiras de crédito, o Banco Panamericano protagonizou um escândalo contábil que estimou um rombo no banco de cerca de R\$ 4,3 bilhões.

O rombo financeiro foi bem maior do que o inicialmente estimado pelo Banco Central, no valor de R\$ 2,5 bilhões. Na revisão contábil, foi identificado que R\$ 1,6 bilhão eram relativos à carteira de crédito insubsistente, ou seja, algo que, na prática, não existia porque o montante já tinha sido repassado em vendas feitas para outras instituições. Há ainda R\$ 1,7 bilhão que se referem a passivos não registrados de operações de cessão liquidados/referenciados.

Também foram constatadas **irregularidades** no total de provisões para eventuais perdas em operações de crédito e outros tipos de calotes, envolvendo R\$ 500 milhões. Todos esses valores, somados a outros ajustes, resultaram no rombo agora revelado de R\$ 4,3 bilhões. (EXAME, 2011)

Entre outras irregularidades, o banco “repassava carteiras de crédito a outras instituições financeiras, mas não ‘dava baixa’ desses valores em seus balanços. Com isso, havia dupla contabilização”. (EXAME, 2012)

A fim de evitar a falência e o calote da dívida, o empresário Silvio Santos negociou pessoalmente com o FGC, o empréstimo de recursos para quitar as dívidas e regularizar as contas.

As **irregularidades contábeis** resultaram em um socorro de R\$ 2,5 bilhões do Fundo Garantidor de Créditos ao controlador do banco, o Grupo Silvio Santos, que

fez um aporte de mesmo valor no PanAmericano, dando como garantia as 44 empresas do grupo. (EXAME, 2010)

Além do socorro do FGC, o Grupo Silvio Santos, realizou outro aporte em janeiro no valor de R\$ 1,3 bilhão.

De acordo com a Revista Exame (2011), “segundo a Polícia Federal, os antigos diretores do Panamericano fizeram uso de empresas de fachada como destinatária de dinheiro desviado do banco”. Ainda de acordo com a Revista, “segundo a polícia, há ‘dados indicativos’ de que os antigos dirigentes desviaram 70 milhões de reais em apenas três anos”.

Com o aporte feito pelo controlador, o banco conseguiu reestabelecer suas contas, e posteriormente foi vendido ao BTG Pactual.

#### 4.4.4 Banco Schahin

O Banco Schahin foi acusado de irregularidades após a sua venda para o BMG.

O Schahin tinha um rombo de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, resultado de fraudes e outras **irregularidades** semelhantes às do Panamericano e do Cruzeiro do Sul. Segundo a apuração do BC, a instituição mentia sobre seus números. Inflava os balanços com créditos duvidosos para esconder suas dificuldades e fingir que era saudável. Além disso, concedia empréstimos a empresas do mesmo grupo, o que é proibido. [...] o BC comunica que seu departamento de supervisão verificou a existência de **irregularidades** no Schahin. O BC aponta "consistente elevação de resultados mediante operações simuladas, registros de ativos insubsistentes, demonstrações contábeis não fidedignas, abstenção de providência no interesse da instituição financeira e concessão de empréstimo vedado". A documentação foi remetida pelo MP à Polícia Federal. (EXAME, 2012)

#### 4.4.5 Caixa Econômica Federal

Acusada de praticar contabilidade criativa, estimulada pelo governo, e se apropriar de saldos de contas corrente e cadernetas de poupança para inflar os seus resultados, a Caixa Econômica Federal teve que revisar o seu resultado.

"O governo tem estimulado essa **contabilidade criativa** para apresentar números cada vez mais inflados. Tudo isso contribui para minar cada vez mais a credibilidade da política econômica do governo ." Reportagem da revista "Istoé" no fim de semana afirma que relatórios da Controladoria-Geral da União e do Banco Central apontam irregularidades no encerramento e incorporação do saldo de mais de 500 mil contas poupança, o que elevou o lucro de 2012 da instituição financeira em 719 milhões de reais.

Os executivos da CEF negaram que o procedimento tenha sido feito para inflar o lucro e aumentar a distribuição de dividendos ao governo federal, seu controlador, e ressaltaram que não há uma regra clara sobre como contabilizar os valores das contas. (EXAME, 2014)

Em outra notícia divulgada pela Revista, há uma divergência quanto ao número de contas, e divulgação do valor do lucro livre de impostos.

O Banco Central deve poupar a Caixa Econômica Federal de responder a um processo administrativo por ter se apropriado dos saldos de contas correntes e cadernetas de poupança de 496 mil clientes em 2012 e incorporado os recursos ao seu lucro. A Caixa não conseguirá escapar, porém, de investigação do Ministério Público Federal. [...] Conselheiros consultados sob condição de anonimato disseram que, nesse caso, o BC teria de investigar as consequências da **irregularidade contábil**. [...] No conjunto, as cadernetas encerradas detinham R\$ 719 milhões, que, descontados os impostos, aumentaram o lucro líquido da instituição em R\$ 420 milhões, o que representa em torno de 7% do lucro apresentado naquele ano. (EXAME, 2014)

De acordo com a Revista Exame (2014), um dos membros do Conselho explicou que “as instruções de contabilidade do BC exigem que os bancos inscrevam como passivo separadamente o saldo de cada um dos poupadores que tiveram as contas encerradas”. Essa orientação havia sido ignorada pela Caixa Econômica Federal.

#### 4.4.6 Governo Federal

O Governo Federal liderou o ranking das entidades mais citadas pela prática de contabilidade criativa, sendo também acusado de praticar pedaladas fiscais, manipulação de informação, entre outros.

De acordo com notícias veiculadas na Revista Exame, pode-se inferir que as contas públicas tem sido alvo de verdadeira manobra contábil a fim de atingir as metas fiscais.

O governo brasileiro adotou, nos últimos anos de administração petista, uma prática perniciosa e ilegal: a divulgação sistemática de informações deturpadas, quando não absolutamente mentirosas, a respeito de realizações do poder público. São exemplos os **malabarismos contábeis** nas contas públicas para “bater” – sem precisar cravar o número de fato – as metas de superávit primário (economia que o governo se compromete a fazer para reduzir o endividamento público); os números distorcidos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e a recente divulgação de estáticas erradas da geração de vagas formais no Brasil. (EXAME, 2011)

Através de uma série de medidas, o governo fez uso de manobras para inflar as suas receitas, atrasar a execução de gastos, e mudar os parâmetros usados no Orçamento a fim de reduzir as despesas.

Em quatro anos, 48 bilhões de reais em receitas futuras foram incluídos no cálculo do superávit. Ou seja, dinheiro que ainda não existe foi contado como recebido. Outros 63 bilhões, de recursos empregados no Programa de Aceleração do Crescimento, foram somados à economia.

E ficaram de fora dívidas de 479 bilhões de reais — o equivalente ao PIB da Finlândia — em repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos, em especial ao BNDES.

Somando o que não entrou na conta (mas deveria) e o que foi incluído (e não deveria), o governo inflou sua economia em 590 bilhões de reais de 2009 a 2012. No

papel, as metas de superávit foram cumpridas. Na vida real, a história foi bem diferente. (EXAME, 2013)

De acordo com a Revista Exame (2011), “o Ministério da Fazenda, pilotado por Guido Mantega, e outras pastas parecem ter adquirido grau superior na arte de torturar os números até que eles indiquem o que o governo quer dizer”.

Em vez de poupar recursos para atingir o superávit primário (diferença de receitas e despesas do governo, excluídos os gastos com o serviço da dívida pública) no ano passado, a equipe econômica optou por uma saída mais fácil: mudar o cálculo. Primeiramente, alterou a própria meta para 2010, de 3,8% do PIB em janeiro para 3,1% do PIB em novembro. Já que não foi suficiente, a saída foi retirar da conta as bilionárias dívidas e compromissos financeiros da Petrobras – também expurgados das estatísticas de endividamento líquido do setor público. Por fim, foi excluído o resultado da Eletrobrás, sob o argumento de liberá-la para expandir investimento. Ainda faltaram recursos. O toque final ficou por conta da incorporação da receita extra de um investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na capitalização da Petrobras. (EXAME, 2011)

Além de todas essas medidas, a Revista ainda cita a transferência antecipada de dividendos das estatais e o atraso no pagamento de benefícios sociais aos bancos.

O Tesouro atrasou o repasse de dinheiro aos bancos, notadamente a Caixa Econômica Federal, que continuaram realizando os pagamentos em dia de abono salarial, seguro-desemprego, benefícios previdenciários e Bolsa Família. Os atrasos nos repasses reduziram artificialmente as despesas federais. Após a revelação da manobra, o Tesouro iniciou uma correção dessas "pedaladas" em agosto e setembro, o que piorou o resultado fiscal do governo federal. (EXAME, 2014)

Os atrasos nos repasses tem sido analisados pelo Tribunal de Contas da União, visto que os bancos usaram capital próprio para honrar os pagamentos, e isso pode ser caracterizado como financiamento, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além das manobras contábeis para melhorar as contas públicas, o governo também é acusado de manipular informações referentes à geração de empregos.

A referência mais recente desta prática ocorreu na semana passada, durante a divulgação do total de empregos com carteira assinada criados no país em 2010. Coletados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, o número impressionou: mais de 2,5 milhões de novos postos, já deduzidos os desligamentos ocorridos no período, que foi comemorado pelos petistas como o cumprimento de uma promessa do governo anterior. O setor vive, de fato, um momento excepcional, mas, como se tornou tradição nos últimos anos, a estatística divulgada não foi a correta – o que desqualifica o feito e gera desconfiança.

Para chegar aos 2,5 milhões de vagas preenchidas, o ministério lançou mão da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que contabiliza empregos gerados no setor público. Tais dados costumam ser divulgados somente em maio, mas foram especialmente antecipados para que o governo pudesse atingir sua meta de criação de empregos. Caso contrário, as vagas não ultrapassariam 2,13 milhões. “Para qualquer pesquisador que lida com estatísticas, é fundamental manter a metodologia. O que mais cultivamos é a saúde dos dados. Quando alguém chega e mutila os números, perde-se aquilo que é o nosso alimento de reflexão. E isso compromete e danifica toda a série histórica. A partir de agora, não conseguiremos mais traçar comparações” (EXAME, 2011)

Dessa forma, observa-se que a liderança de menções ao Governo Federal é devido à grande quantidade de manipulações, atreladas tanto à divulgação das contas, quanto à prestação de informações.

Como consequência das práticas, a Revista Exame descreve que a Standard & Poor's decidiu rebaixar a nota da dívida soberana do Brasil. A Revista destaca, que de acordo com a S&P, a credibilidade sobre a condução da política fiscal foi sistematicamente enfraquecida na medida em que o governo excluiu vários itens de receita e gasto da sua meta fiscal.

#### 4.4.7 Inepar

Acusada de uma série de infrações, a Inepar causou prejuízos a diversos acionistas minoritários, e se envolveu em um processo com a CVM.

Em 2012, a CVM negou uma proposta de acordo de R\$ 800 mil feita pelo grupo para encerrar o processo sem julgamento. A Martinelli ofereceu R\$ 40 mil. No parecer, a autarquia aponta que as **irregularidades** supostamente cometidas para favorecer a controladora causaram prejuízos estimados em R\$ 704,791 milhões aos acionistas minoritários da Inepar Indústria e Construções, valor muito elevado. O rol inclui a remuneração irregular na prestação de serviços pela IAP, como na comissão recebida pela intermediação da venda da participação da Inepar na Global Telecom e na remuneração desproporcional em contratos de mútuo (pessoas físicas com jurídicas). (EXAME, 2013)

#### 4.4.8 Parmalat Brasil

A Parmalat teve 16 dos seus ex-conselheiros condenados à pagamento de multa, após ter seu nome envolvido em um caso de maquiagem de balanço.

A reestruturação da Parmalat consistia em concentrar suas atividades em locais estratégicos, desativando várias unidades produtivas e de distribuição, vendendo esses imóveis e transferindo alguns equipamentos para outras unidades, o que acarretou custos, despesas e perdas de capital. Em parecer dado no processo, a CVM afirma que para minimizar os números negativos do balanço foi criado "um estratagema contábil onde, em última instância, o acionista controlador Parmalat SpA assumiria parte desse ônus".

Na prática, parte dos custos da reestruturação foi "absorvida" pela controladora indireta italiana. A estratégia contábil adotada para melhorar a imagem financeira e margens da empresa frente ao mercado foi classificada como "**maquiagem de balanço**" pela CVM. (EXAME, 2012)

Quadro 11 – Tipos e características dos casos de entidades internacionais

EMPRESA	TIPO	CARACTERÍSTICAS DA ACUSAÇÃO	VALOR	CONSEQUÊNCIAS
Autonomy	Manipulação Contábil, Irregularidade Contábil	Reconhecimento de receita, superestimando o faturamento	-	Baixa contábil na HP, pela compra da Autonomy de 8,8 bilhões de dólares. Queda de ações na HP
Bankia	Irregularidade Contábil	-	-	Queda de ações de 51,43%. Trinta e três representantes do banco são acusados pelos crimes de fraude, apropriação indevida e irregularidades contábeis
Enron	Contabilidade Criativa, Manipulação Contábil	Registros de possíveis benefícios futuros como lucro, manipulação do preço da energia, através da venda de energia a outras regiões e redução da capacidade de produção	-	Pediu concordata
Espírito Santo International	Irregularidade Contábil	-	-	Redução em 50% no valor do banco, queda de ações de 11%, inserção em regime de gestão controlada pelo tribunal de comércio de Luxemburgo
Longtop Financial	Manipulação Contábil	Manipulações no fluxo de caixa, empréstimos e datas de realização das vendas. Falsificação nos balanços, possíveis fraudes na receita e interferência no processo de auditoria	-	Firma de auditoria Deloitte rescindiu contrato com a empresa
Master Blenders	Manipulação Contábil, Malabarismo Contábil	Antecipação de venda (registro de pedido de varejistas por conta própria), resultando em registro de receitas que ainda não tinham se realizado. Também foi realizado registro de despesas como contas a receber	212 milhões a 237 milhões de reais	Revisão de balanços de 3 anos e meio e queda de ações em Amsterdã, com perda de 1,2 bilhão de reais
Olympus	Irregularidade Contábil	Inflar o valor líquido da companhia durante 5 anos	1,7 bilhão de dólares	-
Waste Management	Gerenciamento de Resultados	Transferir despesas para o exercício seguinte para inflar os lucros	1,7 bilhão de dólares	Teve que revisar seu lucro de 1982 a 1987
WorldCom	Manipulação Contábil	Manipulação do Ebitda através da transformação de custo em despesa financeira	3,3 bilhões de dólares	Empresa foi comprada pela MCI por 0,20 de dólar por ação

Fonte: elaborado pelo autor (2015)

#### 4.4.9 Autonomy

Companhia britânica de software, a Autonomy foi adquirida pela HP no final de 2011, o que resultou em alguns processos entre as empresas.

Acusada pela HP de “graves impropriedades contábeis”, supõe-se que a Autonomy usou o reconhecimento de receita para manipular os seus resultados, provocando uma superestimativa de faturamento.

A presidente executiva da HP, Meg Whitman, disse que uma investigação interna revelou “sérias **irregularidades contábeis**” com a Autonomy. A empresa de software poderia ter “adulterado dados de vendas e contabilizado negócios com parceiros como receitas, mesmo quando nenhum cliente havia comprado produto algum”. (EXAME, 2012)

Como consequência, a HP contabilizou uma baixa contábil de 8,8 bilhões de dólares, o equivalente a mais de três quartos do montante pago na aquisição da Autonomy, e registrou uma perda líquida de 12,650 bilhões de dólares em seu exercício terminado em outubro, decorrente da possível irregularidade e de gastos com a reestruturação da companhia.

Diversos acionistas da HP foram lesados, e a companhia viu suas ações caírem 12% em pouco tempo.

#### 4.4.10 Bankia

No caso do Bankia, as irregularidades contábeis não são identificadas, mas sabe-se que as mesmas foram responsáveis pela queda de 51,43% das ações da empresa.

A raiva dos investidores se justifica pelo colapso do valor de seus títulos, depois da entrada do Bankia na bolsa de valores em 2011. Em apenas uma sessão, as ações da instituição financeira afundaram 51,43%, chegando a 0,68 euro.

A queda chamou a atenção da autoridade responsável pelas movimentações na bolsa de valores espanhola, a CNMV, que anunciou a abertura de uma investigação, que se juntou à outra, sobre as condições de entrada do Bankia na bolsa, em julho de 2011. Trinta e três representantes do banco são acusados pelos crimes de fraude, apropriação indevida e **irregularidades contábeis**. (EXAME, 2013)

#### 4.4.11 Enron

Empresa de energia americana, a Enron protagonizou a maior concordata dos Estados Unidos há mais de 10 anos, e ainda é lembrada por suas fraudes contábeis e por maquiagem os seus balanços.

Citada em 2 publicações, as irregularidades da empresa consistiam em superfaturar os seus lucros e esconder dívidas que chegaram a 30 bilhões de dólares, colocando-as em nome de subsidiárias.

A empresa sempre apresentava lucros crescentes em seus balanços trimestrais, mas, na verdade, era dona de diversos ativos de energia e gás que só geravam prejuízos. Para disfarçar operações deficitárias, os controladores da Enron usaram e abusaram de uma técnica conhecida como “marcação a mercado”. Potenciais benefícios futuros de contratos fechados pela empresa no presente eram imediatamente lançados como lucro no balanço trimestral – ainda que fosse impossível de avaliar se esses ganhos realmente se materializariam dentro de alguns anos. (EXAME, 2011)

O prejuízo dessa manipulação de resultados, recaiu predominantemente aos milhares de acionistas que compraram ações da companhia, e viram as ações despencarem de um dia para o outro. Ainda assim, em uma de suas manobras, a Enron prejudicou praticamente toda a população da Califórnia, através da manipulação do preço da energia.

O estado sempre foi superavitário em energia e tinha uma capacidade instalada para produzir 45.000 MW. No início da década passada, entretanto, houve momentos em que a produção caiu para 30.000 MW. Em fitas gravadas, operadores de mercado da Enron admitem que parte da energia produzida pelo estado, comprada pela empresa, era vendida a outras regiões do país como forma de inflar os preços. Assim que os valores se tornavam atrativos, a Enron trazia a energia de volta e conseguia milhões de dólares em lucros. Ainda em conversas gravadas, operadores da Enron chegam até mesmo a telefonar para funcionários de usinas de energia e mandar suspender a



produção como forma de causar blecautes e colocar pressão sobre os preços. (EXAME, 2011)

De forma engenhosa, os gestores da Enron ludibriaram todos os interessados em suas demonstrações contábeis, e levaram à ruína a sua empresa e a empresa de auditoria Arthur Andersen.

#### 4.4.12 Espírito Santo International

Holding do grupo Espírito Santo, o Espírito Santo International foi acusado de irregularidades contábeis em suas contas. Apesar da não-divulgação das irregularidades, os resultados foram catastróficos, com a perda de valor do banco e de suas ações, e a inserção em regime de gestão controlada pelo tribunal de comércio de Luxemburgo.

Os problemas têm aumentado para a família Espírito Santo que fundou o BES há mais de um século, depois que **irregularidades contábeis** foram identificadas em uma de suas holdings no início deste ano. A incerteza sobre a exposição do BES a perdas potenciais dizimou em mais de 50 por cento o valor do banco desde meados de junho. Suas ações caíram 11 por cento na terça-feira após o cancelamento da reunião de acionistas. (EXAME, 2014)

#### 4.4.13 Longtop Financial

A Longtop Financial, empresa de softwares chinesa foi relacionada a um caso de manipulação de balanços, além de interferir no processo de auditoria.

Um novo caso de **manipulação de balanços** parece estar surgindo na China, desta vez envolvendo a participação de bancos como cúmplices. [...] Acredita-se que bancos tenham ajudado a companhia a **manipular os resultados de seu balanço**, tudo para enganar os investidores sobre a real situação da empresa. O assunto tomou proporções maiores após a firma de auditoria Deloitte rescindir contrato com a Longtop Financial, alegando possíveis manipulações nos números trimestrais apresentados pela empresa, especialmente no fluxo de caixa, empréstimos e potenciais datas de realização das vendas. Em carta, a Deloitte explicou que decidiu cancelar o contrato após identificar falsificações nos balanços, além de possíveis fraudes envolvendo a receita da empresa. A Deloitte ainda acusou os membros da Longtop Financial de interferirem no processo de auditoria. [...] O auditor da Deloitte que trabalhava na Longtop Financial, Derek Palaschuk, afirmou que os bancos enviaram declarações falsas atestando o saldo de caixa da companhia. (EXAME, 2011)

#### 4.4.14 Master Blenders

Fabricante de café, a holandesa Master Blenders quando André Maurino constatou irregularidades em sua subsidiária no Brasil.

Ante o que ele julgou serem indícios de **manipulação de resultados**, ele solicitou uma auditoria à PricewaterhouseCoopers. [...] Em 1º de agosto, a empresa divulgou um comunicado informando a descoberta de problemas de contabilidade na operação brasileira, que, somados, resultam em perdas de 85 milhões a 95 milhões de euros (de 212 milhões a 237 milhões de reais). Dizia ainda que os balanços financeiros dos últimos três anos e meio seriam revisados. A informação fez com que as ações da Master Blenders, que havia passado a negociá-las em Amsterdã apenas três semanas antes, desvalorizassem 7% no dia seguinte. “Em questão de minutos perdemos quase 500 milhões de euros (cerca de 1,2 bilhão de reais)”, afirma Errol Keyner, vice-diretor da Associação Holandesa de Acionistas. [...] Sabe-se até agora que a maior parte do problema estava no departamento de vendas. Para cumprir as metas de crescimento estabelecidas pela matriz e garantir seus bônus anuais, alguns executivos teriam registrado uma série de pedidos de varejistas por conta própria, sem que eles fossem oficialmente realizados — uma prática conhecida como “antecipação de venda”. Ao final, o varejista até aceitava a compra, mas só pagava quando desejava de fato recebê-la, o que poderia levar meses. Na contabilidade da empresa, no entanto, constava o valor integral da venda. Outro **malabarismo** acontecia na relação com os grandes varejistas e atacadistas. Para convencê-los a fazer novos pedidos, mesmo quando seus estoques estavam cheios, a equipe da Master Blenders aumentava em até 50% a verba promocional paga à rede. [...] Ocorre que, em alguns meses, a Master Blenders não teria lançado no balanço o pagamento dessa verba como despesa, mas como “contas a receber” — por exemplo, vendia 1 milhão de reais para um varejista, mas ele pagava apenas 800 000 reais porque cobrava 200 000 reais de verba promocional. Como o dinheiro nunca voltava, isso virou uma bola de neve no balanço. (EXAME, 2012)

Observa-se que o resultado da manipulação não chegava a 240 milhões de reais, porém, as perdas da companhia alcançaram o valor de 1,2 bilhão de reais. Verifica-se então, a crise de credibilidade que uma empresa sofre com a divulgação de revisão de resultados.

#### 4.4.15 Olympus

A Olympus protagonizou um dos maiores escândalos corporativos do Japão, sendo acusada de irregularidade contábil em suas contas.

A Olympus e três ex-executivos da fabricante japonesa se declararam culpados nesta terça-feira das acusações de uma **irregularidade contábil** de 1,7 bilhão de dólares, um dos maiores escândalos corporativos do Japão.

O escândalo veio à tona em outubro do ano passado por meio de Michael Woodford, demitido do cargo de presidente-executivo por ter levantando ressalvas quanto aos negócios que, como posteriormente se descobriu, foram usados para disfarçar perdas.

Procuradores acusaram Kikukawa, o ex-vice-presidente-executivo Hisashi Mori e o ex-auditor Hideo Yamada de inflarem o valor líquido da companhia durante cinco anos fiscais até março de 2011.

Vale ressaltar, que não é o primeiro caso de irregularidades contábeis que a Olympus se envolve. Na década de 90, a empresa admitiu ter usado irregularidades contábeis para maquiar perdas em investimentos.

#### 4.4.16 Waste Management

A Waste Management, companhia de gestão de resíduos teve seu nome relacionado ao único caso de gerenciamento de resultados citado na pesquisa.

Segundo o estudo, o **gerenciamento de resultados** num único período pode passar despercebido se o desempenho melhorar. Caso contrário, afirma o estudo, os gerentes continuarão manipulando os lucros em somas cada vez maiores. [...] A Waste Management, que em 1998 revisou o lucro de 1982 a 1987 em 1,7 bilhão de dólares - na época a maior revisão de lucros na história corporativa - é citada no estudo como um exemplo. A SEC acusou a empresa de cometer fraude sistemática na qual os executivos estabeleceram metas de lucros para cada trimestre e manipularam a contabilidade, trimestre por trimestre, até que um novo diretor-executivo ordenou uma auditoria das práticas de contabilidade e descobriu o esquema. "As receitas e os lucros da empresa não cresciam em ritmo que fosse suficiente para alcançar essas metas, então os réus passaram a eliminar as despesas e a transferi-las para o período seguinte, na tentativa de inflar os lucros", segundo a SEC. As quantias eram pequenas no começo e não foram detectadas, mas eles necessariamente tiveram de aumentar o valor para sustentar a farsa. (EXAME, 2010)

#### 4.4.17 WorldCom

A WorldCom foi alvo de apenas 1 citação no período analisado, sendo que seu nome foi envolvido em acusações de manipulação contábil.

O grupo de telecomunicações Worldcom, segundo maior dos Estados Unidos nos anos 1990, supervalorizou seu Ebitda com bilhões de dólares em financiamentos utilizados para ampliar suas operações no país. Tais despesas deveriam entrar no balanço da companhia em forma de custo - o que as tiraria do cálculo do Ebitda.

Com a **manipulação contábil**, os valores foram transformados em despesa financeira - ou seja, ativos - e o indicador da empresa ficou cerca de dois anos nas alturas, denotando uma alta capacidade de gerar caixa. Com resultados robustos, sua avaliação pelas agências de risco se manteve alta, suas ações se valorizaram (chegaram a custar 60 dólares) e sua capacidade de conseguir mais crédito aumentou.

Em julho 2002, quando o rombo chegou a 3,3 bilhões de dólares, a manobra foi pega por uma empresa de auditoria e a Worldcom foi à ruína. Terminou sendo comprada pela MCI (subsidiária da Verizon) por 0,20 centavos de dólar por ação. (EXAME, 2010)

#### 4.4.18 Visão geral dos tipos e características dos casos

De forma resumida, observou-se que diversos métodos foram utilizados para que a entidade apresentasse os valores desejados. Dentre os métodos utilizados, estão: duplicidade na contabilização de carteiras de crédito; atrasos na execução de gastos; reconhecimento de receitas, superestimando seu faturamento; registro de possíveis benefícios futuros como lucro; antecipações de venda que ainda não tinham sido realizadas; entre outras.

Verificou-se que o uso de manobras para manipular as contas trouxe consequências às entidades. Tais consequências foram verificadas por meio da queda de ações da empresa, intervenção do Banco Central, venda da empresa, etc. De forma geral, todas as entidades passaram por certa crise de credibilidade, visto que seus nomes foram marcados pelo uso de manipulações em suas demonstrações contábeis.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O principal objetivo deste trabalho consistiu em verificar a incidência, as tipologias e características da contabilidade criativa usadas pelas entidades, através da análise de artigos publicados pela Revista Exame.

A fim de atingir o objetivo do trabalho, foram conceituados termos como contabilidade criativa, gerenciamento de resultados e pedaladas fiscais, que apresentaram semelhanças entre si, como o interesse em manipular os resultados para apresentar a imagem desejada pelos gestores da empresa. Além disso, foram abordados conceitos de governança corporativa, que retratam a importância da prática para inibir o uso da contabilidade criativa, através da divulgação de informações e do alinhamento de interesses entre os acionistas e gestores, e por fim, foram relatadas algumas pesquisas relevantes acerca do assunto do trabalho no Brasil.

Em relação à quantificação dos artigos relacionados à contabilidade criativa divulgados pela Revista Exame, verificou-se que o resultado da quantificação inferiu em 15 artigos selecionados no ano de 2010, 16 artigos em 2011, 17 em 2012, 16 em 2013 e 23 artigos selecionados no ano de 2014. Quanto à variação do número de artigos, observou-se que a quantidade de artigos coletados é crescente ao longo dos anos, porém, os artigos selecionados, conforme metodologia descrita, apresentaram pouca variação, sendo que a diferença entre o ano com menor incidência de citações e o de maior incidência, é de 8 publicações.

No que se refere à identificação das entidades envolvidas, constatou-se a menção de 17 entidades, as quais foram descritas no trabalho. Entre as entidades mais citadas, estão o Governo Federal, o Banco Panamericano, o Banco Cruzeiro do Sul, e a Autonomy. Outras entidades envolvidas em irregularidades contábeis foram o Banco Nacional, o Banco Schahin e a Caixa Econômica Federal, resultado em um grande número de irregularidades contábeis nos bancos e órgãos públicos.

No que diz respeito à identificação da nacionalidade das entidades mencionadas, observou-se que do total de entidades mencionadas, 8 (47%) são brasileiras e 9 (53%) são estrangeiras. Entre as entidades estrangeiras, diversos países compuseram a totalidade de empresas mencionadas, porém, dentre as 9 empresas mencionadas, 3 são dos EUA, ou seja, 33% da totalidade de empresas internacionais. Salienta-se que entre as empresas dos EUA estão a Enron e a Worldcom, sendo esses casos, anteriores à criação da Lei Sarbanes-Oxley,

que foi criada com o objetivo de evitar a ocorrência de fraudes, a fim de trazer mais segurança aos investidores.

Quanto à verificação dos tipos e as características da contabilidade criativa usados pelas entidades citadas, foram elaborados 2 quadros resumos, constando todas as entidades citadas, o tipo de irregularidade que a empresa fez uso, bem como uma breve descrição das características da manipulação, os valores descritos pela Revista, e as consequências geradas pelo uso das manobras contábeis. Além disso, foram descritos, com base em informações retiradas na Revista, os procedimentos usados pelas empresas para manipular seus resultados.

Nota-se uma diversidade de métodos utilizados, como duplicidade na contabilização de carteiras de crédito; atrasos na execução de gastos; absorção de custos, despesas e perdas pela controladora; reconhecimento de receitas, superestimando seu faturamento; registro de possíveis benefícios futuros como lucro; antecipações de venda que ainda não tinham sido realizadas; registro de despesas financeiras como contas a receber; transferência de despesas para o exercício seguinte; entre outras.

Com relação aos resultados encontrados, nota-se que algumas empresas foram citadas, pois apareceram na busca das palavras-chave, porém, estão mais relacionadas à casos de fraudes contábeis do que contabilidade criativa. A título de exemplo, podem ser citados o Banco Panamericano, a Waste Management e a WorldCom.

Com base nas consequências geradas pelo uso da contabilidade criativa, observa-se que os resultados não foram nada favoráveis para as entidades que fizeram uso de manobras contábeis. Algumas empresas tiveram sua intervenção decretada pelo Banco Central, e foram inseridas no Regime de Administração Especial Temporária, outras foram vendidas ou pediram concordata, e outras tiveram grande queda em suas ações. De forma geral, todas passaram por certa crise de credibilidade, visto que seus nomes foram marcados pelo uso de manipulações.

Conclui-se, portanto, que apesar de satisfazer as expectativas dos gestores por certo período, o uso da contabilidade criativa provoca grandes desastres em uma organização, além de muitas vezes, responsabilizar criminalmente os executivos que fizeram uso da prática.

Recomenda-se, para futuros trabalhos relacionados ao assunto abordado nesse trabalho, a pesquisa em outras revistas e jornais, acadêmicos e não acadêmicos, que abordem assuntos de atualidades, economia e negócios, como por exemplo, o Jornal Valor Econômico, a fim de verificar a incidência dos termos mencionados nesse trabalho e traçar um comparativo com os resultados auferidos nessa pesquisa.

Recomenda-se também, verificar se o termo “Gerenciamento de Resultados” tem sido usado em outros jornais e revistas, além de verificar o desfecho dos casos citados no presente trabalho, que ainda possuem processos em aberto, a fim de apurar as reais consequências auferidas pelas entidades citadas.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Evelyn Maria Boia. *Teoria em gerenciamento de resultados*. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 3, n. 2, p. 5-20, 2010.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELED, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos da metodologia*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BBC Brasil. *Entenda a polêmica por trás das 'pedaladas fiscais'*. São Paulo, 2015. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150525\\_pedaladas\\_fiscais\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150525_pedaladas_fiscais_ru)>. Acessado em 15/09/2015.
- CARVALHO, Antonio Gledson de. *Governança corporativa no Brasil em perspectiva*. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Ofício-circular CVM/SNC/SEP Nº 01/2007. *Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas*, Rio de Janeiro, 2007.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Brasília, 2011.
- CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues. *Contabilidade criativa: um estudo sobre a sua caracterização*. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná, n. 136. Curitiba, 2005.
- COSENZA, José Paulo. *Contabilidade criativa: as duas faces de uma mesma moeda*. Pensar Contábil, v. 6, n. 20, p. 4-13, 2003.
- ECONOMIST, The. *Wrong numbers*. São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www.economist.com/news/americas/21569706-more-inflation-less-growth-wrong-numbers>>. Acessado em 06/11/2015.
- ESTADÃO. *TCU investiga 'pedaladas fiscais' do governo*. São Paulo, 2014. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-investiga-pedaladas-fiscais-do-governo-imp-,1562003>>. Acessado em 15/09/2015.
- ESTADÃO. *As 'pedaladas fiscais' do governo Dilma*. São Paulo, 2015. Disponível em <<http://infograficos.estadao.com.br/public/economia/pedaladas-fiscais/>>. Acessado em 15/09/2015.
- EXAME. *Sumiu uma Finlândia na "contabilidade criativa" do governo*. São Paulo, 2013. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1042/noticias/sumiu-uma-finlandia>>. Acessado em 06/11/2015.



EXAME. Editora Abril. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/>>. Acessado em 06/11/2015.

FOLHA DE S. PAULO. *Pedaladas e avanços institucionais*. São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/11/1702774-pedaladas-e-avancos-institucionais.shtml>>. Acessado em 06/11/2015.

G1. *Entenda as 'pedaladas fiscais' e o que o TCU avalia nas contas do governo*. Brasília, 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/entenda-pedaladas-fiscais-e-o-que-o-tcu-avalia-nas-contas-do-governo.html>>. Acessado em 15/09/2015.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. Revista de Administração de Empresas, v.35, n. 2, p. 57-63, São Paulo, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*, 5. ed., São Paulo: IBGC, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Governança corporativa*. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 23/08/2015.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade criativa: maquiando as demonstrações contábeis*. Pensar Contábil, v. 7, n. 28, Rio de Janeiro, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. Editora Atlas. São Paulo, 1997.

MARTINEZ, Antonio Lopo. *"Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. Tese de Doutorado, 2001.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Contabilidade Criativa: como chegar ao paraíso, cometendo pecados contábeis - o caso do governo do Estado de Minas Gerais*. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

PAULO, Edílson; MARTINS, Eliseu; CORRAR, Luiz João. *Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário*. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 47, n. 1, p. 46-59, 2007.

RANGEL, Leandro de Almeida; ANDRADE, George Albin Rodrigues de. *A aplicação da governança corporativa como instrumento de redução do gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto*. II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia-SEGeT, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Ana Tercia Lopes; LEMOS, Ilsa Solka de. *Ferramentas de gestão para organizações contábeis*. ConTexto, v. 9, n. 16, p. 1-20, Porto Alegre, 2009.

- SANTOS, Ariovaldo dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. *Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores*. Revista Contabilidade & Finanças, v. 14, n. 32, p. 7-22, São Paulo – SP, maio/ago, 2003
- SANTOS, Luciana de Almeida Araújo; LEMES, Sirlei. *A Lei Sarbanes-Oxley: uma tentativa de recuperar a credibilidade do mercado de capitais norte-americano*. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4º, São Paulo. Anais. FEA/USP, 2004.
- SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. *Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO*. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dior/lei-de-diretrizes-or%C3%A7ament%C3%A1rias-ldo>>. Acessado em 06/11/2015.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2005.
- SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; BARROS, Lucas Ayres B. de C; FAMÁ, Rubens. *Estrutura de governança e desempenho financeiro nas companhias abertas brasileiras: um estudo empírico*. Caderno de Pesquisas em Administração, v. 10, n. 1, p. 57-71, 2003.
- SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. *Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*. Tese (Doutorado) – Curso de Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SOUSA, Wellington Dantas de. *Contabilidade Criativa versus Fraude Contábil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina. Petrolina/Pe, 2011.
- SOUZA, Wellington Dantas de; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes; BERNARDES, Juliana Reis. *Contabilidade Criativa versus Ciência Contábil: um estudo dos impactos do fenômeno sobre a ciência*. Revista Opara, v. 3, n. 1, 2013.
- SOUZA, Rafael de. *Uma análise das fraudes contábeis por meio da leitura das revistas de atualidades, de economia e negócios e acadêmicas*. f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- VALOR ECONÔMICO. *Malabarismos fiscais derrubam rating do país*. São Paulo, 2014. Disponível em <<http://www.valor.com.br/opiniao/3494374/malabarismos-fiscais-derrubam-rating-do-pais>>. Acessado em 06/11/2015.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. V. 3, São Paulo: Atlas, 2009.